

BIODIVERSIDADE

SUSTENTO E CULTURAS

CONTENIDO
LIBRE
DE PROPIEDAD
INTELLECTUAL



**Fora o “livre comércio”
de nossas terras,
alimentos e saberes**

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral da **Alianza Biodiversidad** orientada a informar e debater sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do auto-governo, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Organizações coeditoras

Acción Ecológica
notransgenicos@accionecologica.org
Acción por la Biodiversidad
agenciabiodla@gmail.com
Base-Is
mpalau@baseis.org.py
Campaña de la Semilla
de la Vía Campesina – Anamuri
internacional@anamuri.cl
Centro Ecológico
reubiodiversidade@centroecologico.org.br
CLOC-Vía Campesina
secretaria.cloc.vc@gmail.com
Colectivo por la Autonomía
erobles_gonzalez@hotmail.com
GRAIN
carlos@grain.org
Grupo ETC
grupoetc@etcgroup.org
Grupo Semillas
semillas@semillas.org.co
Red de Coordinación en Biodiversidad
rcbcostarica@gmail.com
REDES-AT Uruguay
biodiv@redes.org.uy

Comitê Editorial

Carlos Vicente, Argentina
Ma. Eugenia Jeria, Argentina
Maria José Guazzelli, Brasil
Valter da Silva, Brasil
Germán Vélez, Colombia
Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica
Henry Picado, Costa Rica
Camila Montecinos, Chile
Francisca Rodríguez, Chile
Elizabeth Bravo, Ecuador
Ma. Fernanda Vallejo, Ecuador
Evangelina Robles, México
Silvia Ribeiro, México
Verónica Villa, México
Marielle Palau, Paraguai
Martín Drago, Uruguai

Administração

Lucía Vicente
sitiobiodla@gmail.com

Edição

Ramón Vera Herrera
constelacion50@gmail.com
ramon@grain.org

Design e diagramação

Daniel Passarge
danielpassarge@gmail.com
Amanda Borghetti (Brasil)
amanda.borghetti@yahoo.com.br

EDITORIAL 95	1
Por que é importante refletir sobre os “direitos” <i>Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)</i>	2
O que são os direitos? Algumas lições das lutas <i>Larry Lohman</i>	7
Declaração do Fórum de Soberania Alimentar: Territórios de paz para a Vida Digna <i>Cúpula dos Povos contra a OMC</i>	10
Normas sanitárias, inocuidade alimentar e produção camponesa <i>Elizabeth Bravo</i>	14
Com as vacas até o pescoço (mas com o estômago vazio) <i>Claudia Ávila e Ana Portillo</i>	17
A grande fraude climática: argumentos contra a geoengenharia <i>Grupo ETC</i>	22
O Protocolo de Nagoya: acaba com a biopirataria ou apenas a torna legal?	24

ATAQUES, POLÍTICAS, RESISTÊNCIA, RELATOS

28

México: Flores no deserto | Colômbia: Cauca, se agrava a situação de direitos humanos no município de Suárez | Mais de duas mil pessoas desaparecidas na zona de hidrelétricas na Colômbia | Argentina: Por que contra os mapuches? (resumo) | Exército dos EUA, Gates e Monsanto por detrás de transgênicos para extinguir espécies | Aprofundam-se os elos das cadeias industriais de abastecimento | A FAO adverte que há mais pessoas com fome na América Latina | Veinte años de cultivos transgênicos en Uruguay | México: Os perigos do milho industrial e seus produtos comestíveis processados

As fotos deste número provêm, sobretudo, do registro de projetos agroecológicos na Colômbia, tomadas por Viviana Sánchez Prada, da equipe de comunicação do Grupo Semillas. Outra parte grande das fotos foi tomada por Wimpy Salgado e cobre a marcha que protagonizaram organizações de diversos tipos contra a atuação da OMC em dezembro de 2017 em Buenos Aires, Argentina.

Wimpy Salgado colabora há vinte anos com a *Radio La Colifata* do Hospital Neuropsiquiátrico Borda. É Coordenador da área fotográfica do FICDH (Festival Internacional de Cine de Direitos Humanos). É coordenador da área fotográfica do FINCA (Festival Internacional de Cine Ambiental) e é integrante do Colectivo de Comunicación Huerquen (mensageiro em idioma mapudungun).

A respeito da marcha, Wimpy declara: “A Cúpula dos Povos demonstrou que podemos nos organizar, oferecer alternativas, ter ideias e posturas claras sobre nosso presente e futuro sabendo de onde viemos, o que queremos e o que não, e acima de tudo entender que na união dos povos está a liberdade. Resistentes de todo o mundo acompanharam a marcha pelas ruas do centro portenho de Buenos Aires, gritando em distintos idiomas mas com um só grito: ‘A OMC mata, fora a OMC da Argentina e do mundo, não ao Acordo de Livre Comércio Mercosul-União Europeia!’. Toda a resistência (semente) é um ponto de partida e o terreno (terra) é a rua... ali se começa. Seus frutos serão o alimento dos povos. E como diz Norita Cortiñas (nossa guia Mãe)... Venceremos!”.

A foto nos mostra um detalhe da enorme mobilização desencadeada durante a reunião que ocorreu em Buenos Aires em dezembro de 2017 para protestar contra a flagrante intromissão da Organização Mundial de Comércio (OMC) em todos os aspectos da vida. O repúdio ocorre porque as instâncias do chamado “mercado livre”, com suas normas “comerciais”, chegaram para ficar com o papel que antes era desempenhado pelos governos: ou seja, buscam substituir o papel de planejamento, aquisição, gestão, administração, regulação, execução e avaliação de toda sorte de políticas, iniciativas e projetos, além da supervisão e a vigilância, mais a contenção e a repressão.

Tais instâncias econômicas buscam suprir o papel que durante anos foi cumprido pelo direito, na disposição das responsabilidades e ações necessárias para que as pessoas fizessem o que fosse preciso para resolver o que lhes era mais importante.

O ataque é brutal e onipresente: são as leis de propriedade intelectual e industrial, com patentes, direitos de obtentor, registros e catálogos de sementes, conhecimentos tradicionais e projetos; mas também são as normas de inocuidade sanitária, impostas para privilegiar as grandes corporações. Enquanto marginalizam cada vez mais quem produz alimentos com meios que não contem com as sofisticadas inovações tecnológicas, as grandes corporações podem seguir empurcando a água e o ar, com os maus-tratos e o fedor das criações industriais de frangos, porcos ou gado. É todo o esquema de serviços ambientais e as reservas da biosfera; o desenvolvimento imobiliário e a monopolização de terras, águas e recursos energéticos. São as políticas que marginalizam com migalhas “de compensação” a camponesas e camponeses com seus métodos tradicionais, ou os empurram a submeter-se às grandes corporações nesses novos esquemas de “sustentabilidade” dentro das “cadeias de fornecimento” e das “cadeias de valor”. São as regras leoninas de compra e venda, e abastecimento dos supermercados que novamente empurram os pequenos para fora do jogo.

Não tem escapatória. Estão colados à saúde pública, à assistência e atenção às necessidades sanitárias da população, à educação - com a privatização, que implica em graves danos ao pensamento independente, à criatividade individual e coletiva, e à verdadeira reflexão e investigação científica. É a tecnociência positivista, linear e obsoleta que se entregou à indústria, e promove transgênicos, biologia sintética, geoengenharia, intensificação de cultivos, agrotóxicos e devastações ambientais com consequências variadas.

É a expulsão das pessoas, e a superlotação e decomposição social e humana que recrudescem nas cidades.

Tudo isso, e muito mais, vai se juntando com a mais tremenda das privatizações: a promoção de uma gestão governamental a qual privatiza uma operação que deveria estar em mãos públicas ou, melhor, comunitárias, com sua auto gestão de escala humana.

Graças aos tratados de livre comércio como ferramentas de desvio de poder, chegamos a governos que crescem na privatização de suas funções mais elementares ou delicadas, incluídos os presídios, centros renovados onde se estabelecem novas escravidões fora dos radares da supervisão.

O mais grave é que diminuam as instâncias populares de discussão e avaliação de gestão concreta das tarefas do governo e das corporações. E que qualquer invocação dessas instâncias apareça como uma intromissão na gestão e na administração, quando essas são justamente as ações mais concretas de uma participação das pessoas em governar.

E encham a boca com o termo “governança”, quando na realidade buscam que ninguém diga nada.

Biodiversidade se oferece para abrir espaços de discussão e para que nos desenvolvamos a capacidade de lembrar, imaginar e discutir, habitando nossos âmbitos comuns, onde possamos decidir e resolver aquilo que mais nos importa. 🌱



O mais grave é que diminuam as instâncias populares de discussão e avaliação de gestão concreta das tarefas do governo e das corporações. E que qualquer invocação dessas instâncias apareça como uma intromissão na gestão e na administração, quando essas são justamente as ações mais concretas de uma participação das pessoas em governar. E encham a boca com o termo “governança”, quando na realidade buscam que ninguém diga nada.

Por que é importante refletir sobre os “direitos”

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)*

4

Em um contexto de interesses crescentes (principalmente econômicos) sobre a terra, junto com um sistema extrativista que continua se expandindo, que direitos realmente são respeitados? E quais direitos e de quem tendem a ser enfraquecidos, relegados ou esquecidos na implementação de tais programas, iniciativas ou projetos?

De uma forma ou outra, os direitos – direitos sobre a terra e o território, direitos humanos, direitos das mulheres, direito dos povos, direitos da natureza, etc. – têm cumprido já há muito tempo um importante papel nas lutas locais de resistência, nos movimentos sociais e nos grupos e organizações de apoio. Por que sentimos agora que é importante nos focarmos sobre o assunto?

No sistema capitalista em que vivemos “o próprio conceito dos direitos está sendo utilizado para impor e expandir o neoliberalismo”.¹

Isto é assim porque, hoje em dia, não somente as comunidades podem reclamar direitos, mas também foi outorgada às empresas a possibilidade de reivindicar seus próprios direitos. Na maioria das vezes, as empresas ganham “a batalha pelos direitos”, já que operam em um mundo de relações de poder muito desiguais entre comunidades e empresas, ocorrendo o mesmo dentro das instituições de “justiça” (leis, advogados, tribunais, etc.). O dilema não é novo: “os Estados, as empresas e as organizações internacionais utilizam a luta pelos direitos – um componente comum às lutas dos seres humanos em todo o mundo – para piorar a situação das pessoas envolvidas”.¹ Os regimes de propriedade privada se expandiram massivamente sobre florestas, territórios, culturas, sistemas de conhecimento e, inclusive, sobre funções como o armazenamento de carbono ou a filtragem da água proporcionados pelo ar, solo e florestas. Frequentemente, esta expansão atual dos direitos de propriedade é promovi-

da com o argumento de que essas novas formas de direitos de propriedade respeitam, ou inclusive fortalecem, os “direitos” das comunidades locais.

Cada vez mais, instituições e organizações internacionais, e inclusive governos, falam do “respeito aos direitos” (inclusive direitos coletivos ou direitos dos povos indígenas) em programas, iniciativas ou projetos que buscam cercar ou restringir terras com florestas. Em um contexto de interesses crescentes (principalmente econômicos) sobre a terra, junto com um sistema extrativista que continua se expandindo, que direitos realmente são respeitados? E quais direitos e de quem tendem a ser enfraquecidos, relegados ou esquecidos na implementação de tais programas, iniciativas ou projetos?

Um informe de 2012 da empresa de consultoria *The Munden Project* (atualmente *TMP Systems*)² descreve o argumento econômico para que as empresas resolvam os problemas de posse de terra antes de começar a implementação de novas atividades. Resolver os problemas de posse territorial evita os conflitos sociais e, portanto, evita custos, riscos financeiros e inclusive o risco de ter que suspender as atividades. Para remediar esses possíveis “enormes riscos financeiros para as empresas”, a recomendação dada nesse informe é que as empresas devem promover “junto com os governos e outros investidores, uma reforma da posse da terra” e assim evitar tais riscos de investimento. O informe enquadra os “conflitos sociais” e os “problemas de posse” como evitáveis ou

* Retirado do Boletín 134, WRM, 20 de novembro, 2017 <https://wrm.org.uy/es/articulos-del-boletin-wrm/nuestro-punto-de-vista/por-que-es-importante-reflexionar-sobre-los-derechos/>

1. “What is wrong with rights?” Boletín de GRAIN, outubro 2007 <https://www.grain.org/es/article/entries/628-what-is-wrong-with-rights>

2. The Munden Project, *The Financial Risks of Insecure Land Tenure: An Investment View*, dezembro de 2012, http://rightsandresources.org/wp-content/uploads/2014/01/doc_5715.pdf

maneáveis, satisfazendo tanto a empresa quanto a comunidade. Mas, na realidade, as situações nas quais “todos saem ganhando” são muito pouco prováveis. Nos casos em que as empresas aceitaram ou se viram obrigadas a reconhecer os direitos da comunidade que foram disputados no início, são as comunidades as que costumam terminar perdendo no final. E é frequente que as comunidades ou famílias obtenham títulos de propriedade sobre áreas de terra muito menores do que as que, por direito consuetudinário, possuíam, utilizavam ou controlavam anteriormente. Ou então, as condições econômicas e a pressão empresarial são tais que as famílias perdem a terra, da qual acabaram de receber títulos de propriedade, em transações onde parece que vendem “voluntariamente” a terra, sobre a qual possuem títulos de maneira individual ou coletiva, a empresas que podem então afirmar que não invadiram, mas que adquiriram as terras de maneira legítima e legal. No final das contas, nessas transações, as comunidades tendem a perder não somente sua terra, mas também muitos outros valores sociais, culturais e espirituais que as conectam com seu território.

A omissão de problemas subjacentes fundamentais, como as relações de poder e os interesses econômicos, leva facilmente a propostas de reforma da posse da terra que deixam as comunidades envolvidas em condições piores que as anteriores.

Que consequências trazem às comunidades essas tentativas de reforma da posse da terra, promovidas em um contexto de profundo desequilíbrio de poder entre empresas multinacionais e comunidades, bem como de um mercado capitalista injusto que é sistematicamente violento e racista, sobretudo com quem resiste aos programas, às iniciativas ou aos projetos que buscam restringir ou cercar as terras com florestas?

O relatório da *The Munden Project* – e um número crescente de propostas de reforma da posse de terras “na qual



Município de Coyaima, Tolima, Colômbia

todos saem ganhando” – nada diz sobre as perspectivas de suas propostas em um contexto onde existe violência e relações de poder que expulsam as comunidades de suas terras.

Esta falta de reflexão sobre uma característica que define o conflito pela terra aponta para uma grande armadilha no discurso dos “direitos”: como garantir que, quando se outorgam certos direitos a certos grupos, não estejam sendo reforçados os desequilíbrios de poder históricos, os

A omissão de problemas subjacentes fundamentais, como as relações de poder e os interesses econômicos, leva facilmente a propostas de reforma da posse da terra que deixam as comunidades envolvidas em condições piores que as anteriores.



Utensílios de cozinha da árvore de calabaua fabricados por comunidades indígenas do sul de Tolma, Colômbia. Foto: Viviana Sánchez Prada

3. *Roots of inequity: How the implementation of REDD+ reinforces past injustices* <http://www.redd-monitor.org/2016/01/14/roots-of-inequity-in-wildlife-works-kasigau-corridor-redd-project/>

4. Rights and Resources, *In Indonesia, land allocation policies and practices favour corporations over communities*, outubro de 2017, http://rightsandresources.org/en/blog/indonesia-land-allocation-policies-practices-favor-corporations-communities/?utm_source=People+and+Forests+E-News&utm_campaign=49bdb2aa89-People_and_Forests_E_News_September17&utm_medium=email&utm_term=0_45977cdcf4-49bdb2aa89-399259537#.Wfw5y7Wr8fr

preconceitos e a injustiça³; como impedir a despolítica das lutas pelos “direitos legítimos”. Em outras palavras, como evitar que o discurso dos direitos sirva aos fins econômicos e políticos dominantes. Se entendemos os “direitos” como processos que se consolidam e vêm através de longas lutas e entendimentos sobre direitos e responsabilidades, com dimensões e níveis diferentes para cada um, então os “direitos” não podem ser reduzidos a uma prática de marcar as lacunas nos relatórios de auditoria jurídica e/ou nas campanhas promocionais de um projeto. É fundamental manter-se alerta e evitar os discursos e práticas

de direitos vazios de política, isto é, que não reconhecem, nem se dão conta, das injustiças históricas de poder.

Um estudo recente sobre o regime indonésio de posse da terra revela um aspecto desses desequilíbrios de poder.⁴ Tal estudo expõe padrões-chave de discriminação na legislação e parcialidade na implementação, ao comparar os procedimentos válidos para as empresas com os que se aplicam às comunidades, em termos de obtenção de licenças e reconhecimento de direitos em áreas com florestas. Alguns dos elementos revelados são: (a) enquanto as comunidades que possuem direitos consuetudinários devem passar por um processo legislativo longo e altamente político para obter um status legal (condição prévia necessária para outorgar qualquer direito legal), as companhias somente necessitam um registro administrativo padrão para obter reconhecimento legal; (b) existem provas de pagamentos não oficiais ou subornos com custos ocultos que chegam a 600 dólares americanos por hectare, como foi revelado por um caso de corrupção em uma plantação de dendezeiros, apresentado perante os tribunais; (c) as empresas têm que tratar apenas com os organismos em escala distrital e provincial, enquanto as comunidades sempre têm que tratar com organismos em escala distrital, provincial e federal. Tornou-se quase impossível para as comunidades começar um processo de solicitação sem o apoio de alguma ONG; (d) por lei, as licenças entregues às plantações industriais têm uma validade de 60 anos, enquanto que a validade das licenças disponíveis para as comunidades limita-se a 35 anos, com a possibilidade de prorrogação somente sob certas condições.

Enquanto isso, as comunidades garífunas de Honduras estão sendo pressionadas por advogados do Ministério da Educação para separar as terras onde estão localizadas suas escolas, dos títulos de propriedade comunal. O pretexto é o suposto requerimento dos doadores que estão dispostos



Elaboração artesanal de *chicha* de milho. Foto: Viviana Sánchez Prada

a apoiar a reconstrução das escolas públicas que se desmoronam, com a condição de que a comunidade apresente um título de propriedade individual para o terreno escolar. Além de violar a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, essa pressão provoca divisões dentro da comunidade. Apesar das comunidades entenderem a importância de afirmar sempre sua propriedade comunal, tão importante para sua sobrevivência como povos indígenas com uma cultura diferenciada, a grande necessidade de ter uma boa infraestrutura escolar e de saúde leva alguns de seus membros a aceitar tais pressões.⁵

Mas não só a tendência de promover títulos de propriedade individuais é problemática. Vários programas relacionados com as florestas, como REDD+, fazem uma forte propaganda sobre seu uso do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI). No entanto, o que o WRM aprendeu das comunidades que vivem com projetos de REDD+

é que o CLPI raras vezes ocorreu.⁶ Em muitos casos, as comunidades não contam com a informação necessária que lhes permita estar plenamente informadas e conscientes sobre o contexto das compensações de carbono e de que modo os créditos gerados em sua floresta permitirão às empresas ou governos contaminar e destruir territórios em outros lugares e agravar o clima mundial.

O papel do CLPI no debate sobre REDD+ aponta para outra armadilha no discurso dos “direitos”: a persistente promoção do CLPI para incluí-lo em tantos documentos e diretrizes quanto seja possível, ou como parte de salvaguarda de políticas, investimentos privados, sistemas de certificação, etc. Porém, o que acontece quando o CLPI é inserido como requisito em iniciativas que, por seu desenho, constituem uma violação dos “direitos” tradicionais ou os direitos da Mãe Terra? A aplicação do CLPI em REDD+ é indicativa: de fato, o CLPI não é mais que

Em muitos casos, as comunidades não contam com a informação necessária que lhes permita estar plenamente informadas e conscientes sobre o contexto das compensações de carbono.

5. Ofrañeh, Insólita presión del Ministerio de Educación para desmembrar títulos comunitarios Garífunas, agosto de 2017, <https://ofrañeh.wordpress.com/2017/08/29/insolita-presion-del-ministerio-de-educacion-para-desmembrar-titulos-comunitarios-garifunas/>

6. Ver mais informações sobre REDD+ em: <https://wrm.org.uy/es/listado-por-temas/mercantilizacion-de-la-naturaleza/redd-3/>

Em contraposição com o regime neoliberal de direitos de propriedade, numerosas comunidades continuam lutando contra a destruição de seus territórios, enquanto persistem em manter e nutrir suas formas diferentes e variadas de organizar e reivindicar suas terras, territórios, culturas, saberes e meios de vida. Um bom exemplo disso é o que ocorreu em uma comunidade no Paraná, Brasil.

um mero processo burocrático que demonstrou ser incapaz de garantir os direitos dos povos das florestas e tende a beneficiar aqueles que promovem a privatização de terras em territórios comunitários.

Os programas REDD+, os sistemas de certificação, as iniciativas de “reflorestamento” ou “restauração” (ou seja, sobretudo a expansão de plantações industriais de monoculturas), os parques de conservação, os programas de compensação por perda de biodiversidade, os agrocombustíveis, os sumidouros de carbono - são políticas, iniciativas ou projetos implementados, em teoria, para “melhorar” a situação das florestas e deter o desmatamento. Porém, que direitos, e de quem, são exercidos e/ou prevalecem nesses programas, políticas e iniciativas? Quem realmente está se beneficiando?

Em contraposição com o regime neoliberal de direitos de propriedade, numerosas comunidades continuam lutando contra a destruição de seus territórios, enquanto persistem em manter e nutrir suas formas diferentes e variadas de organizar e reivindicar suas terras, territórios, culturas, sabe-

res e meios de vida. Um bom exemplo disso é o que ocorreu em uma comunidade no Paraná, Brasil.

Durante a árdua luta da comunidade contra as pressões dos proprietários de terras e de uma ONG que incentivava um projeto de carbono florestal, foi denunciada perante as autoridades uma série de crimes ambientais cometidos pelo proprietário, mas essas denúncias foram ignoradas por completo. Os direitos territoriais da comunidade foram violados constantemente, tanto pelo fazendeiro proprietário, como pelo projeto de carbono florestal. Apesar disso, a unidade e a mobilização popular prevaleceram. Com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a terra foi ocupada em 2003 e instalaram ali um acampamento, organizando coletivamente o uso do território comum. Foram estabelecidas diferentes zonas de uso coletivo e individual, considerando sobretudo o bem-estar comunal. Hoje em dia, esse acampamento recebeu o prêmio Juliana Santilli pela recuperação exitosa das matas nativas e a produção sustentável de alimentos sem o uso de agrotóxicos. ♣



Compartilhando a importância de produzir alimentos saudáveis. Foto: Viviana Sánchez Prada

O que são os direitos?

Algumas lições das lutas

Larry Lohman (The Corner House)



Terra fértil plena de matéria orgânica. Foto: Lucía Vicente

Em agosto de 1838, um jovem chamado Frederick Bailey escapou da escravidão em Baltimore, na costa leste dos Estados Unidos. Menos de três semanas depois, caminhando por aquela que seria sua nova cidade natal, New Bedford, em Massachusetts, viu uma pilha de carvão que havia sido deixada na rua, em frente a uma casa. Bailey ofereceu seus serviços para carregá-la e guardá-la de maneira segura. Quando terminou o trabalho, a dona da casa pôs em sua mão duas moedas de prata de cinquenta centavos de dólar.

Passadas mais de quatro décadas, Bailey (que havia então se tornado famoso internacionalmente como o orador, escritor e ativista antiescravidão Frederick Douglass) mal podia expressar a alegria que havia sentido ao receber o dinheiro. De repente, havia compreendido realmente “que não tinha um amo que pudesse tirar-me o dinheiro, que era meu,

que minhas mãos eram minhas, e que podia ganhar mais daquela preciosa moeda”.¹

Em outubro de 2016, um jovem líder Kichwa, da Amazônia equatoriana, esteve diante de um auditório cheio de gente na capital do país, Quito, com uma mensagem diferente.

Com paciência, o jovem reiterou ao público (que estava discutindo estratégias anticapitalistas) algo que seus irmãos e irmãs indígenas tinham tentado explicar durante anos. Os povos indígenas não só não se consideravam donos da terra, das árvores e dos rios, como tampouco consideravam que os seres humanos fossem donos do que faziam em sua vida diária. As mãos das pessoas *não* eram suas. Eram parte da *pachamama*.²

Mais de 175 anos, muitos milhares de quilômetros e legados culturais com diferenças difíceis de imaginar, separam estes dois guerreiros libertários

das Américas. O que também os separa são os direitos pelos quais lutaram. Para Douglass, adquirir o direito de vender seu próprio trabalho era um passo inequívoco em direção à justiça. Para o ativista Kichwa, era mais urgente afirmar o direito a defender seu povo contra a expansão de precisamente esse tipo de propriedade privada.

Mas esses dois ativistas são realmente tão diferentes? Se pudessem se conhecer, não conseguiriam se entender?

Uma coisa em que poderiam estar de acordo é sobre o que são realmente os direitos. Tanto para Douglass como para o ativista Kichwa, os direitos não são um legado único e harmonioso com o qual todos os seres humanos nascem ou o qual esperam alcançar. Direitos diferentes prevalecem em diferentes épocas e em diferentes lugares. Lutar por um direito, frequentemente significa lutar contra outro. E essas lutas sempre são somente uma parte de lutas políticas maiores.

Para adquirir o direito de propriedade sobre seu próprio trabalho e anular o direito de seu proprietário anterior sobre isso, Douglass teve que fugir desde Maryland até Massachusetts. Ajudar outros a obter esse direito requereu décadas de duras campanhas políticas e uma guerra civil. Ainda hoje, esse direito não é seguro, já que os Estados Unidos recorrem cada vez mais ao uso de sua população carcerária, enorme e desproporcionalmente negra, como mão de obra escrava, enquanto em outros lugares também estão aumentando novas formas de escravidão.³

Os esforços do líder Kichwa para evitar, em primeiro lugar, que as atividades da vida de sua própria comunidade sejam convertidas em propriedade privada colocam-no na vanguarda da oposição política contemporânea ao próprio capitalismo, o qual se baseia em intermináveis intentos de dividir a terra em natureza sem humanos (recursos, serviços ecossistêmicos, áreas protegidas) e seres humanos sem natureza, cujo tempo de trabalho está a venda.

Inevavelmente, o destino da luta à qual se referiu o líder Kichwa está ligado àquela dos habitantes urbanos não indígenas que hoje tentam reconstruir as defesas da classe trabalhadora contra os esforços para deixá-la cada vez mais à mercê das empresas. Opor-se à transformação da atividade humana em propriedade privada também é se opor ao controle privado sobre a natureza extra-humana que a sustenta. Ao fim e ao cabo, as questões das florestas sempre são questões trabalhistas. E as questões trabalhistas com frequência são também questões das florestas. Não é nenhuma coincidência que Karl

Marx, o grande crítico moderno da criação do trabalho assalariado, começasse seu caminho de ativista defendendo as florestas comunitárias da Alemanha, onde os habitantes recolhiam bagas e lenha, contra seu isolamento por parte do Estado.^{4,5}

Frederick Douglass também teria entendido isso. Antes da escravidão que derrubou as florestas da América do Norte e do Sul para dar passagem a um emergente mundo de trabalhadores e criadas – uma escravidão da qual seguidamente tratavam de escapar, escondendo-se com frequência nas próprias florestas – existiam os bens comuns e os territórios co-criados pelos povos indígenas, de onde surgiram essas florestas.⁶

Não é pois de estranhar que quando algum intelectual se aproxima das comunidades de Benin, Índia ou Samoa para exortá-las a reafirmar uns “direitos humanos” teóricos reconhecidos por algum Estado ou organismo da ONU, vários ativistas locais preferem mudar o assunto para a defesa e reconstrução de práticas concretas sobre os bens comuns: terras comunais, troca comunal de sementes, intercâmbio comunitário de trabalho.⁷ Sabem que a melhor defesa dos direitos que necessitam contra a invasão de outros direitos hostis está no terreno difícil de viver práticas “consuetudinárias” que envolvam a terra, o trabalho e a conservação das florestas. Falar de direitos não significa nada sem a criação dos espaços necessários para defender tanto a vida, como os modos de vida e sustento.

As empresas privadas também sabem disso. Durante mais de um século, seus promovedores utilizaram manobras políticas sujas para assegurar-se que uma emenda constitucional dos Estados Unidos, que tinha por objeto outorgar igualdade de direitos aos escravos libertados depois da Guerra Civil Americana, fosse interpretada na prática de maneira a dar esses mesmos direitos às empresas. Agora as empresas privadas se mobilizam para assegurar ainda mais esses direitos para elas. Investem milhões em campanhas internacionais e negociações de tratados, e empregam uma violência ilimitada para substituir os bens comuns existentes, com regimes que lhes outorgam direitos legais para sementes agrícolas, carbono florestal, propriedade intelectual e hipotéticos “ganhos futuros”. Inclusive o Facebook está recorrendo agora à lei e à tecnologia para tratar de garantir direitos privados sobre nossa informação pessoal, os quais passarão por cima de qualquer direito prévio que pensávamos ter tido sobre tal informação.

No entanto, por sorte ou por desgraça, nenhum direito se ganha ou se perde para sempre. Muitos

movimentos sociais estão trabalhando para desmantelar os direitos de propriedade privada inventados nas primeiras épocas do capitalismo. Ao mesmo tempo, observam com um olhar mais crítico alguns dos direitos pelos quais eles próprios lutaram anteriormente.

Há vinte anos, por exemplo, poderia fazer sentido para os ativistas tratar de institucionalizar um direito ao “conhecimento livre, prévio e informado” (CLPI), que permitiria às comunidades impedir invasões não desejadas de projetos de desenvolvimento em suas terras. Mas os tempos mudaram. Tendo perdido a batalha para impedir totalmente o CLPI, as empresas decidiram então cooptá-lo. Atualmente, o CLPI se transformou em grande medida no que Alexander Dunlap denomina “uma armadilha burocrática” que as empresas e os governos utilizam para fugir das reivindicações de processos democráticos na tomada de decisões.⁸ Talvez seja hora dos ativistas também mudarem de rumo.

É importante, então, não converter os direitos em um fetiche, nem permitir que falar de direitos sirva para distrair de assuntos mais profundos. Em dezembro de 2016, um líder Karen do distrito de Mae Chaem, no norte da Tailândia, recordou que quando alguns funcionários do governo chegaram à sua comunidade propondo um projeto para medir e conservar o carbono florestal, não disseram nada a respeito de para que seria o projeto. Tratava-se de criar direitos para contaminar, os quais o Departamento Florestal poderia vender algum dia a empresas industriais no exterior. Mas a conversa girou em torno do que os funcionários descreveram como “salvaguardas”, em um inglês incompreensível para os residentes locais. Em um ambiente assim, é impossível discutir o que realmente importa.

Tudo isso sugere que antes de dar as boas-vindas com os braços abertos ao especialista branco (ou escuro) que chega em tua comunidade na floresta, dizendo-te que a chave para que a luta tenha êxito é “assegurar teus direitos” ou adotar um “enfoque baseado nos direitos”, talvez seja prudente fazer-lhe primeiro algumas perguntas – naturalmente, da forma mais amável possível:

Perguntas como: “Que direitos?”, “Como esses direitos mudarão as coisas?” e “O que mais você está me vendendo?” 🌿

The Corner House, <http://www.thecorg.uk/>

Notas:

1. Frederick Douglass, *Life and Times of Frederick Douglass*, Boston, 1893, disponível gratuitamente em: book4you.org/dl/1066271/17bead
2. A deusa mãe da terra adorada pelos povos indígenas dos Andes.



Variedade de sementes cultivadas em zonas secas e resistentes à mudança climática.
Foto: Viviane Sánchez Prada

3. Ava DuVernay, *13th*, vídeo disponível em <http://123hulu.com/watch/qd7Qy1xK-13th.html>.
4. Peter Linebaugh, *Stop, Thief! The Commons, Enclosures, and Resistance*, Oakland, 2014, disponível gratuitamente em: <https://libcom.org/library/stop-thief-commons-enclosures-resistance>
5. Peter Linebaugh, *The Magna Carta Manifesto: Liberty and Commons for All*, Berkeley, 2008, disponível gratuitamente em: <http://provisionaluniversity.files.wordpress.com/2012/12/peter-linebaugh-the-magna-carta-manifesto-liberties-and-commons-for-all-2008.pdf>
6. Peter Linebaugh and Marcus Rediker, *The Many-Headed Hydra: Sailors, Slaves, Commoners and the Hidden History of the Revolutionary Atlantic*, Boston, 2002, disponível gratuitamente em: <https://libcom.org/library/many-headed-hydra-peter-linebaugh-marcus-rediker>
7. GRAIN, “What’s Wrong with ‘Rights’?”, *Seedling*, outubro de 2007: <https://www.grain.org/article/entries/627-october-2007.pdf>
8. Alexander Dunlap, “‘A Bureaucratic Trap:’ Free, Prior and Informed Consent (FPIC) and Wind Energy Development in Juchitán, Mexico,” *Capitalism Nature Socialism*, junho de 2017.
9. Banco Mundial, *Land Tenure Policy: Securing Rights to Reduce Poverty and Promote Rural Growth*, <http://bit.ly/2izYm8u> Washington, *The Munden Project*, “IAN: Managing Tenure Risk”, 2016, http://rightsandresources.org/wp-content/uploads/RRI_IAN_Managing-Tenure-Risk.pdf, y “The Financial Risks of Insecure Land Tenure: An Investment View”, dezembro de 2012, http://rightsandresources.org/wp-content/uploads/2014/01/doc_5715.pdf (recomenda que as políticas de apoio a empresas extrativistas e de outro tipo “asseguem os direitos à terra de seus ocupantes históricos”, como uma melhor maneira de minimizar o risco financeiro, em lugar das clássicas estratégias de coerção ou compensação).

Territórios de Paz para a Vida Digna

Cúpula dos Povos contra a OMC,
12 e 13 de dezembro de 2017

I 2

Nós, os participantes do Fórum de Soberania Alimentar realizado na cidade de Buenos Aires, Argentina, nos dias 12 e 13 de dezembro de 2017, queremos expressar nossos acordos para a construção de Territórios de Paz para os povos; somos as camponesas e os camponeses do mundo, e todos os povos que lutamos para permanecer em nossos territórios ancestrais, e para seguir alimentando a humanidade como temos feito nos últimos dez mil anos, ao mesmo tempo que possibilitamos uma vida digna nas cidades com alimentos saudáveis produzidos localmente.

Nós, as e os mais de 300 participantes deste Fórum de Soberania Alimentar, camponesas e camponeses, povos originários, pescadores e produtores de alimentos, provenientes de mais de 30 países de 4 continentes, denunciemos em primeiro lugar a violência do Livre Comércio que, nessa Cúpula Ministerial foi claramente expressa na censura que o governo argentino exerce, com a aceitação e convivência da OMC, impedindo a participação de muitos representantes de organizações sociais que queriam vir à Argentina para manifestar suas opiniões e posições sobre essa Cúpula. Assim se demonstra que a “liberdade” proclamada pela Cúpula Ministerial é a liberdade para impor as vozes dos poderosos, enquanto 99% da humanidade fica fora desse espaço fechado, secreto e murado, no qual pretendem tomar as decisões que afetarão a todos os povos do mundo, decisões marcadas pela violência.

E é violência o que se exerce todos os dias, através das gestões do agrogócio e dos interesses corporativos em nossos territórios, nos expulsando, perseguindo, criminalizando e assassinando, enquanto aumentam de forma exagerada seus ganhos e defendem seus interesses.

Violência é a que assassinou, em 3 de março de 2016, a Berta Cáceres em Honduras, e que hoje impede que o povo hondurenho exerça seu direito de eleger quem o governará.

Violência é a que nos últimos 3 meses custou a vida de Santiago Maldonado e de Rafael Nahuel na Patagônia argentina; jovens que foram assassinados por se solidarizarem com a luta pelo direito à terra do povo mapuche.

Violência que, em todo o mundo, tem camponesas e camponeses e povos indígenas encurralados em apenas uma quarta parte da terra disponível, enquanto continuamos sendo quem fornecemos a maior parte dos alimentos para toda a humanidade.

Violência é a que exerce o agrogócio, destruindo três quartas partes da totalidade das sementes agrícolas que nossos ancestrais nos legaram, enquanto busca apropriar-se do resto através das Leis de Sementes e das patentes.

Violência com que as corporações buscam converter nossos alimentos em mercadorias, produzindo a maior crise alimentar que a humanidade sofreu, com mais da metade da população mal nutrida ou mal alimentada, sofrendo pela fome, múltiplas carências ou doenças crônicas por excesso de peso e



Marcha contra a OMC, Buenos Aires, Argentina, dezembro de 2017. Foto: Wimpy Salgado



Marcha contra a OMC, Buenos Aires, Argentina, dezembro de 2017. Foto: Wimpy Salgado

obesidade; sofrimento esse que é maior nos mais vulneráveis.

Violência com a qual estão impondo tecnologias novas e cada vez mais perigosas, sem debate, consulta, nem participação dos povos. Tecnologias que, como os transgênicos, os novos desenvolvimentos biotecnológicos, a geoengenharia ou as novas técnicas de edição genética, ameaçam todos os sistemas de vida em nível global.

Violência com que se impõem falsas soluções para as diversas crises, climática, energética, alimentar, que buscam somente continuar com a apropriação e a monopolização de nossos bens comuns.

Violência com que o capitalismo está destruindo a Mãe Terra, nossa Pachamama, destruindo o clima, nossas florestas, nossos solos, nossas plantas, nossos animais, nossos bens comuns; contaminando nossos rios e mares e transformando o planeta em um deserto no qual a própria possibilidade de vida se vê ameaçada.

Violência que se expressa no siste-

ma patriarcal e racista que mata e se expressa cotidianamente em todos os níveis de nossa vida.

Nós, mulheres e homens, dizemos mais uma vez: BASTA de violência! E seguiremos construindo outro mundo possível, cuidando de nossa Mãe Terra e alimentando os povos do mundo através de:

- * Nosso compromisso de seguir promovendo a soberania alimentar como plataforma, princípio e base política de nossa ação para garantir um mundo sem fome e uma terra com camponesas e camponeses, cuidando-a, nutrindo-a de maneira consciente e amorosa.
- * Nosso compromisso de defender nossos territórios como Territórios de Paz, onde a terra, a água e a diversidade sejam parte integral de uma vida plena em harmonia com todos os seres vivos.
- * Nosso compromisso de seguir defendendo esses territórios contra a



Foto: Wimpy Salgado

Nosso compromisso em seguir multiplicando, compartilhando e defendendo nossas sementes crioulas e nativas como patrimônio dos povos a serviço da humanidade, livres de transgênicos, agrotóxicos e direitos de propriedade intelectual.

violência do capital, a mercantilização da vida e a destruição que provocam os megaprojetos em nome do suposto “progresso”.

- * Nosso compromisso de manter vivos os conhecimentos e saberes que nossos ancestrais nos legaram, e que representam hoje a principal esperança nas mãos das comunidades para enfrentar a crise para a qual esse capitalismo demencial está nos levando.
- * Nosso compromisso de lutar contra o “Livre Comércio” em todos os âmbitos em que se queira impor, seja na OMC, ou através de Tratados de Livre Comércio bilaterais ou multilaterais, ou em espaços multilaterais como o FMI ou o Banco Mundial; denunciando suas mentiras e mostrando o verdadeiro rosto dessa pilhagem planejada à qual pretendem nos submeter.
- * Nosso compromisso em seguir produzindo alimentos saudáveis, livres e soberanos através da produção agroecológica camponesa diversificada e rica como faz cada um de nossos povos.

- * Nosso compromisso em seguir trabalhando localmente, fortalecendo hortas comunitárias, resgatando conhecimentos alimentares locais e o uso de plantas medicinais, e todas aquelas experiências que a partir da organização local e comunitária fortalecem e constituem a base de nosso agir coletivo.
- * Nosso compromisso para que todos os povos tenham o direito a uma alimentação digna, saudável e nutritiva, mais ainda quando a mesma faça parte de qualquer tipo de ajuda alimentar.
- * Nosso compromisso em seguir multiplicando, compartilhando e defendendo nossas sementes crioulas e nativas como *patrimônio dos povos a serviço da humanidade*, livres de transgênicos, agrotóxicos e direitos de propriedade intelectual.
- * Nosso compromisso em multiplicar nossos princípios, nossa experiência e nossos conhecimentos através de todos os espaços educativos que viemos construindo a partir de nossos movimentos, chamando a todas e



Marcha contra a OMC, Buenos Aires, Argentina, dezembro de 2017. Foto: Wimpy Salgado

todos aqueles que se sintam comprometidos desde seus próprios âmbitos de ação a se somarem a esta cruzada camponesa.

- * Nosso compromisso em avançar no fortalecimento e na construção de meios de comunicação para a liberdade, que consigam superar o cerco da mídia que os meios hegemônicos criaram e que conseguiu colocar uma boa parte da humanidade em um estado de hipnose coletiva.
- * Nosso compromisso em continuar construindo com pesquisadoras e pesquisadores do mundo todo outro modelo de ciência, baseado nos novos paradigmas que aparecem pela mão da *ciência digna*, a construção coletiva e o diálogo sobre os conhecimentos, e uma visão integral e não fragmentada do mundo. Esta ciência digna deve sustentar-se em um sistema educativo, que em todos os seus níveis seja coerente com esse sentido de dignidade, e deve ter a Soberania Alimentar como eixo central.
- * Nosso compromisso de lutar contra a violência do neoliberalismo que uma vez mais busca se impor como pensamento único e final da história. Sabemos que nossa diversidade, nossa história e nossas lutas anunciam o começo de um tempo melhor.
- * Nosso compromisso de seguir honrando aqueles que nos precederam neste caminho semeando esperança, ideias e sonhos de um mundo melhor, continuando a construção de um mundo solidário, livre e unido na diversidade, no qual a vida valha mais que as leis do mercado, a propriedade privada e a acumulação do capital.
- * Nosso compromisso de transformar nossas relações, deixando de lado e combatendo todas as formas de dominação e opressão contra as mulheres, povos indígenas, jovens e todos os que são marginalizados e perseguidos nessa sociedade.
- * Nosso compromisso de avançar na construção de alianças com todos os setores sociais que se juntaram nesta Cúpula dos Povos para dizer bem forte:



Marcha contra a OMC, Buenos Aires, Argentina, dezembro de 2017. Foto: Wimpy Salgado

Somos uma só força, irmanada com os trabalhadores urbanos, consumidores, desempregados, movimentos feministas, movimentos pela diversidade sexual, ecologistas, organizações de jovens, de acadêmicos, e todas e todos os que aqui chegamos comprometidos na construção de outra sociedade.

Nos reconhecemos nos princípios anticapitalistas, antipatriarcais, internacionalistas e anticolonialistas, e assumimos o compromisso com os mesmos, como desafio para nossa vida diária, no interior de nossas organizações e na busca de construção de uma nova sociedade que assumimos ser possível e necessária.

Seguindo o exemplo do valente campesinato colombiano que hoje assume o desafio da construção de territórios de paz em um país que passou por décadas de violência, nos declaramos comprometidos a fazer de todos os nossos territórios. ♣

**Territórios de Paz
para a Soberania Alimentar e
Política
Vida Digna
Fora OMC, fora livre comércio
de nossas terras,
de nossa agricultura,
de nossos pratos
e de nosso planeta**

*Nos reconhecemos nos
princípios anticapitalistas,
antipatriarcais,
internacionalistas
e anticolonialistas,
e assumimos o
compromisso com os
mesmos, como desafio
para nossa vida diária,
no interior de nossas
organizações e na busca
de construção de uma
nova sociedade que
assumimos ser possível e
necessária.*

Normas sanitárias, inocuidade alimentar e produção camponesa

Elizabeth Bravo (Acción Ecológica)

16

Grande parte da produção de queijos na América Latina é de origem camponesa e é umas das atividades agropecuárias em que os pequenos produtores estão melhor preparados para competir com a grande indústria. No Equador, em torno de 900 mil famílias estão envolvidas nessa atividade.

Apesar de sua importância na geração de trabalho rural e na melhoria das condições nutricionais da população, as queijarias rurais estão em perigo. Desde há alguns anos, procuram-se impor requisitos de caráter técnico e administrativo que são impossíveis de serem cumpridos por uma família que tem de 3 a 10 cabeças de gado e uma produção de aproximadamente 1,5 a 5 kg de queijo por dia.

Esta é uma tendência mundial, que obedece ao processo de surgimento e consolidação do sistema agroalimentar industrial. Em seu processo de consolidação foi preciso deslocar a produção camponesa, ocupando fisicamente seus territórios (necessários para a produção em grande escala, requisito indispensável para sua expansão) ou subordinando-a à indústria agroalimentar.

Com o objetivo de deslocar ou controlar a produção camponesa, a indústria agroalimentar cria estratégias de caráter tecnológico (como a hiperindustrialização dos processos agrícolas e de processamento dos alimentos) e desenvolve políticas públicas e leis favoráveis a ela.

As medidas sanitárias, fitossanitárias e de inocuidade alimentar formam parte dessa estratégia.

As normativas sanitárias, fitossanitárias, de inocuidade alimentar e as boas práticas de fabricação surgem como necessidade do crescente comércio internacional de alimentos, cada vez mais concentrado em poucas corporações transnacionais. Em seu esforço para deslocar a produção independente de alimentos, os Estados, representando as suas empresas, desenvolveram ao longo do século XX um *corpus* legal internacional muito sofisticado. Sua aplicação afeta não somente os pequenos produtores, como também os grandes produtores dos países economicamente fracos e com pouco poder no cenário internacional.

O Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial de Comércio (OMC) é o acordo mais importante em nível internacional em matéria sanitária. Sendo parte da OMC tem “dentes” e medidas econômicas para ser imposto aos países, em especial os que são economicamente mais fracos.

Assim, um país ou um bloco de países pode impor a outros certas restrições de comércio internacional, com o objetivo de prevenir a inocuidade alimentar e a sanidade animal e vegetal, para proteger a saúde e a vida das pessoas e dos animais, ou para preservar os vegetais. Se surgem divergências, os países podem recorrer a mecanismos de resolução de disputas da OMC.

O critério para resolver uma disputa relacionada com temas sanitários é o consenso científico, o que, teoricamente, poderia ser considerado como um critério correto para que os países não tomem decisões injustificadas que impeçam o comércio internacional de um produto e se constitua em uma trava comercial. Se o critério é científico, teoricamente não daria lugar a interpretações pelos estados membros.

No processo de resolução de disputas, a OMC conta com a assistência de três instâncias, com critérios científicos/técnicos, que pertencem ao Sistema das Nações Unidas:

* Comissão Mista FAO/OMS do Codex Alimentar que trata da inocuidade dos alimentos.

* Escritório Internacional de Epizootias (OIE) que se refere ao controle sanitário dos animais.

* Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária (CIPF) que aborda o controle sanitário dos vegetais.

Estas três organizações desenvolvem diretrizes, de acordo com as quais os governos podem implementar medidas técnicas para a segurança animal e vegetal, e a inocuidade alimentar, sem violar as regras da OMC. Essas mesmas diretrizes e padrões são a base sobre a qual os Estados devem desenvolver sua própria regulamentação sobre o assunto. Aí reside sua relevância.

O Codex Alimentar foi criado em 1963 pela FAO e a OMS como um mecanismo de referência sobre inocuidade alimentar em nível internacional.

O Codex estabelece padrões alimentares internacionais, diretrizes e códigos de práticas relacionadas com os alimentos, cujos objetivos são proteger a saúde dos consumidores, garantindo porém o comércio internacional. Estes são elaborados por especialistas e peritos, a maioria vinda de países industrializados e pertencentes às chamadas “ciências duras”. Em alguns casos são muito especializados, portanto examinam os aspectos de inocuidade alimentar desde um ponto de vista puramente técnico, deixando de lado aspectos sociais e culturais, que são importantes na alimentação.

Por trás dos países que patrocinam os Comitês Codex, estão grupos econômicos relacionados, como é mostrado no quadro a seguir, o que coloca em questão a “objetividade científica” das normas. Vejamos o seguinte quadro:

Quadro 1. Comitês Codex - seus patrocinadores e seus interesses

Comitê Codex	País patrocinador	Observações
Chocolate e cacau	Suíça	Este país é sede da Nestlé, empresa líder na fabricação de chocolate
Leite e derivados	Nova Zelândia	País que possui um setor leiteiro forte. Cerca de 26% de suas exportações vêm do setor lácteo (NZIER, 2010)
Sanidade da carne	Nova Zelândia	A produção de carne constitui um item importante em sua economia
Cereais e legumes	Estados Unidos	Principal produtor e exportador de milho, soja e trigo
Peixes e mariscos	Noruega	Importante setor pesqueiro. Primeiro exportador de salmão em nível mundial
Gorduras e óleos	Malásia	Primeiro produtor mundial de óleo de palma
Sopas	Suíça	Nestlé é também líder na preparação de sopas
Frutas e vegetais processados	Estados Unidos	País com uma importante indústria de processamento de alimentos

Fonte: Codex Alimentar (Lista de Comitês Ativos). Elaboração, Bravo (2016).

A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) é responsável pela supervisão da sanidade animal em nível internacional e a Organização Mundial do Comércio (OMC) reconhece suas normas.

A OIE está fortemente influenciada pelo setor privado, como pode ser visto no Quadro 2, pág. 16.

A Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária (CIPF) é um tratado multilateral que elabora guias e recomendações em matéria fitossanitária, especialmente as relacionadas com pragas de plantas (tanto agrícolas como silvestres), que podem ser introduzidas através do comércio internacional.

A CIPF tem acordos para desenvolver suas normas com organizações de empresas importadoras, exportadoras e produtoras de alimentos, como a Associação dos Proprietários de Containers (COA), a Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA), a Câmara Internacional de Navegação, a Coalizão Internacional do Comércio de Grãos, a Federação Internacional de Sementes IPPC (2014a). A Secretaria da CIPF tem diferentes níveis de interação com essas organizações, mas sem tipo de estrutura de associação formal. Com algumas organizações sua relação é dinâmica e sujeita a mudanças. Com outras, a relação tem se limitado a solicitar experiência específica para comentários e a interação em uma norma proposta. Em outros casos, foi assinada uma carta de acordo quando se realizaram treinamentos. Note-se que nesta lista não constam organizações de pequenos produtores, de grupos ambientais ou de consumidores; quer dizer, a opinião deles não foi consultada no desenvolvimento das normas.

Também se coloca em dúvida a objetividade das normas e padrões desenvolvidos por esses três organismos internacionais, dada a forte influência da indústria.

A importância desses acordos é que os padrões são introduzidos nas legislações nacionais para regulamentar os alimentos que são consumidos internamente. Essa nova normativa desenvolvida em muitos países da região é imposta à produção artesanal e camponesa, que funcionam com lógicas completamente diferentes.

Isto não significa que a produção em grande escala seja mais inócua do que a artesanal; ao contrário, desde que a grande indústria passou a controlar nossa comida, aumentaram as doenças ligadas à alimentação. 🌿



Quadro 2. Acordos assinados pela OIE com associações privadas

Associação privada internacional	Missão	Alguns termos acordados com a OIE
Federação Internacional de Laticínios	Federação composta por comitês nacionais, que representam da maneira mais ampla possível as atividades leiteiras de seu país.	Participa na elaboração e revisão de normas internacionais de saúde animal e zoonoses necessárias para o comércio internacional de leite e produtos lácteos, assim como no intercâmbio de pareceres sobre o enfoque, por parte das organizações intergovernamentais como a OMS, a FAO e seu organismo subsidiário (Codex Alimentarius), das estratégias de vigilância e controle de doenças que podem ter repercussões no setor leiteiro e/ou no comércio internacional.
Escritório Permanente Internacional da Carne (OPIC)	É uma organização não governamental que representa o setor global da carne e do gado como motor vital de crescimento para o fornecimento sustentável de proteínas animais seguras, saudáveis, de alta qualidade e nutritivas, para garantir a contribuição do setor como parte essencial de uma dieta saudável e sustentável.	Troca de opiniões sobre a elaboração e revisão de normas internacionais em matéria de seguridade sanitária dos alimentos, sanidade animal e zoonose pertinentes para o comércio internacional de carne e produtos à base de carne. Apresentação por parte de organizações intergovernamentais como a OMS, a FAO e seu organismo subsidiário (Codex Alimentarius) de estratégias de vigilância e controle de doenças que possam incidir no setor de produtos a base de carne e o comércio internacional, em particular as destinadas aos matadouros. Saúde animal e as zoonoses, o bem estar dos animais e a segurança sanitária dos alimentos.
Comissão Internacional do Ovo (IEC)	Representa a indústria global de ovos.	Cooperação para desenvolver e revisar diretrizes e padrões internacionais sobre a produção de ovos, o comércio de ovos e os produtos à base de ovos. Troca de opiniões sobre vigilância sanitária no setor de ovos e o comércio internacional, ao nível do Codex Alimentar.
Conselho Internacional de Avicultura (IPC)	O Conselho Internacional de Avicultura (IPC) foi formado para reunir líderes da indústria de criação de aves de todo o mundo para tratar de temas de comércio, de ciência e melhorar as relações entre as nações.	Cooperação para desenvolver e revisar diretrizes e normas internacionais sobre a produção avícola. Troca de opiniões sobre vigilância sanitária no setor avícola de acordo com o Codex Alimentar.
Organização Mundial de Fábricas de Transformação de Subprodutos Animais (WRO)	Representa os interesses da indústria de transformação de alimentos em nível mundial.	Desenvolver e revisar diretrizes e normas internacionais sobre produtos processados. Participação de especialistas de cada organização nas reuniões das comissões e grupos de trabalho de ambas organizações.
Organização Mundial de Agricultores (OMA/WFO)	Organização internacional de agricultores que pretende reunir todas as organizações cooperativas de produtores agrícolas e nacionais com o objetivo de desenvolver políticas que os favoreça.	Troca de pontos de vista sobre a elaboração e revisão de normas internacionais, diretrizes de boas práticas sobre a sanidade animal, as zoonoses, a seguridade sanitária de alimentos de origem animal em fase de produção na medida em que tais textos tenham repercussão no comércio internacional.

Com as vacas até o pescoço (mas com o estômago vazio)

Claudia Ávila e Ana Portillo

A pecuária é um dos itens mais tradicionais da produção no Paraguai. Atualmente, sua produção envolve altos custos de investimento.¹ Tais custos alcançam os 20 milhões de dólares entre investimento agregado e manutenção, que inclui imóveis, animais, indústria, maquinária e capital operacional, e implica em possuir grandes extensões de terra para desenvolvê-la bem como contar com uma quantidade significativa de animais para sua rentabilidade.

No Paraguai, os grandes produtores são apenas 3% do total, mas contribuem com 61% da produção e possuem fazendas de mais de 500 cabeças. Apesar dos altos custos de produção e do pouco crescimento da produção de carne bovina em nível mundial, no Paraguai o rebanho de gado cresceu enormemente nos últimos anos. Segundo o Serviço Nacional de Qualidade e Saúde Animal (Senacsa), experimentou um aumento de 46,3% de 2001 a 2014.

Na Região Leste, os departamentos que concentram maior quantidade de gado bovino são San Pedro, Concepción e Amambay, chegando a 44% do total de cabeças de gado da região. A maior quantidade se encontra no departamento de Presidente Hayes, com 52% da região.²

Hoje, o Paraguai é o 7º exportador mundial de carne. A pecuária ocupava em 2008 – última vez que foi realizado o censo agrícola – 43% da superfície total do país. No ano em que foram colhidos esses dados, se abatiam menos da metade das cabeças que são abatidas agora.

Para quem é a carne produzida no Paraguai? Segundo a Associação Rural do Paraguai (ARP)³ existem mais de 150 mil rebanhos bovinos no país, com 13,9 milhões de cabeças. Destes quase 14 milhões de animais, se estima que 93% são destinados para a produção de carne.

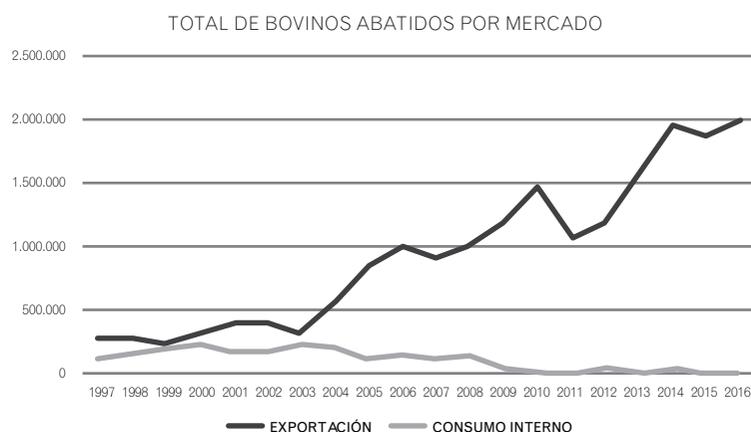
A estrutura dos rebanhos de gado é a seguinte: 89% das propriedades têm menos de cem cabeças, são pequenos produtores; os 11% restantes são

propriedades com 100 ou mais animais, somando 81% do rebanho nacional bovino.

O ciclo da carne tem outros grandes atores em sua cadeia e um deles são os frigoríficos.⁴ O Paraguai conta com 17 frigoríficos habilitados para a exportação, o mais recente pertence à empresa JBS e situa-se na cidade de Belén, Departamento de Concepción, com um investimento de cerca de 80 milhões de dólares. Calcula-se que a capacidade total de abate no país é de 8 mil animais diários.

No entanto, essa grande capacidade de abate de gado e o aumento do rebanho estão claramente orientados para o negócio exportador. O destino dos animais abatidos é principalmente o exterior, e a porcentagem para o consumo interno está chegando a níveis muito baixos em comparação a anos anteriores. Embora possamos observar nos gráficos que existem altas e baixas na quantidade de cabeças abatidas para a exportação, podemos ver que o abate para o mercado interno tem uma tendência a decrescer, e a pecuária está cada vez mais orientada para o mercado internacional.

Essas grandes quantidades de animais abatidos e dólares produzidos por exportação têm, entretanto, poucos donos. As exportações de carne de 2013 a 2015 foram controladas em cerca de 50% por 3



Fonte: Elaboração própria com base em dados do *Anuario Estadístico de Senacsa* 2016

Ano	Exportação (quantidade de cabeças abatidas)	Consumo Interno (quantidade de cabeças abatidas)	Total (quantidade de cabeças abatidas)	% de cabeças abatidas para o Mercado Interno	% de cabeças abatidas para o Mercado Externo
1997	288.763	129.350	420.110	30,8	68,7
1998	297.864	162.662	462.524	35,2	64,4
1999	236.750	196.283	435.032	45,1	54,4
2000	311.723	219.941	533.664	41,2	58,4
2001	397.208	186.344	585.553	31,8	67,8
2002	380.944	188.256	571.202	33,0	66,7
2003	337.832	222.858	562.693	39,6	60,0
2004	564.383	205.339	771.726	26,6	73,1
2005	855.038	129.471	986.514	13,1	86,7
2006	999.908	155.199	1.157.113	13,4	86,4
2007	911.997	129.853	1.043.857	12,4	87,4
2008	1.022.911	131.099	1.156.018	11,3	88,5
2009	1.192.581	36.023	1.230.613	2,9	96,9
2010	1.487.557	11.622	1.501.189	0,8	99,1
2011	1.070.822	6.414	1.079.247	0,6	99,2
2012	1.199.110	40.229	1.241.351	3,2	96,6
2013	1.603.745	18.105	1.623.863	1,1	98,8
2014	1.973.102	23.857	1.998.973	1,2	98,7
2015	1.879.914	9.220	1.891.149	0,5	99,4
2016	1.996.498	6.871	2.005.385	0,3	99,6

Fonte: Elaboração própria com base em dados do *Anuario Estadístico de Senacsa* 2016

Os custos ambientais e sociais do modelo de pecuária extensiva

Departamento	Estabelecimentos	Total de bovinos por Depto.	GINI	% de pobreza	% de pobreza extrema
Pdte. Hayes	8.008	2.497.037	0,55	21	10
Boquerón	3.923	1.877.167	0,66	23	15
Alto Paraguay	2.311	1.565.023	0,52	36	19
San Pedro	27.233	1.354.796	0,47	45	25
Concepción	15.381	1.209.876	0,56	38	18
Amambay	2.401	990.965	0,42	15	6
Canindeyú	8.594	737.389	0,54	33	21
Ñeembucú	13.093	606.888	0,49	26	12
Caaguazú	12.522	552.926	0,47	40	21
Misiones	8.739	508.345	0,47	25	12
Paraguarí	10.335	475.300	0,46	28	17
Itapúa	13.198	453.429	0,45	21	11
Caazapá	9.570	343.235	0,63	48	34
Cordillera	4.739	255.182	0,47	20	6
Alto Paraná	3.597	210.074	0,47	36	19
Guairá	5.052	157.338	0,45	28	11
Central	1.993	63.614	0,41	16	5

Fonte: Elaboração própria com base em dados da DGEEC e de Senacsa, 2016

frigoríficos: Concepción, Bertin e Frigomerc, controle ao qual se soma, desde 2016, o gigante dos agronegócios JBS. Os quatro principais frigoríficos exportadores no Paraguai são de capital brasileiro.

Outro ator importante na equação do mercado exportador é o porto de saída. Em relação à saída dos produtos a base de carne, no período de 2013 a 2015, 50% das exportações se realizaram através de dois portos, Terport e Caacupemí.⁵ Ambos são portos privados.

Uma das principais justificativas, ao colocar na balança a produção de gado ao lado do impacto ambiental por seu crescimento expansivo, é a suposta geração de postos de trabalho, principalmente nos departamentos da zona norte,⁶ a mais negligenciada do país, com maiores índices de pobreza e alta taxa de emigração, que se caracteriza também pela violência de grupos armados legais (a Força de Tarefa Conjunta - FTC) e ilegais. No entanto, essa geração de trabalho representa cifras ínfimas em contraste com o desemprego, e é um tipo de trabalho precário que requer baixa formação, tem pouca estabilidade e não garante os direitos trabalhistas básicos, como a organização laboral e sindical.⁷

Como se observa no quadro anterior, estão marcados, com cores graduadas da maior à menor intensidade, os 5 departamentos com índices



Carne paraguaia (fonte elagro.com.py)

mais elevados de produção de carne, desigualdade, pobreza e pobreza extrema. Coincide que dos 5 departamentos com maior produção de carne (Presidente Hayes, Boquerón, Alto Paraguai, San Pedro e Concepción), 3 formam parte do grupo dos 5 departamentos mais desiguais do país; outros 3 (Alto Paraguai, San Pedro e Concepción) fazem parte dos 5 com maior porcentagem de pobreza e 2 (Alto Paraguai e San Pedro) pertencem ao grupo de departamentos com maior pobreza extrema. Os departamentos sem pecuária que pertencem ao grupo dos mais desiguais, pobres e de extrema pobreza, são aqueles com grandes extensões de monocultura de soja.

Em relação à tendência crescente de diminuição do consumo de proteínas e carne, diretamente proporcional ao aumento das exportações de carne premium para o mercado mundial, se observa que nos departamentos onde o rebanho de gado é maior existem mais déficits nutricionais. Segundo medições do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), subordinado ao Ministério da Saúde, no ano 2015, nas regiões sanitárias correspondentes aos departamentos com pecuária, as crianças e adolescentes escolarizados apresentam maior porcentagem de risco de desnutrição e tamanho menor do

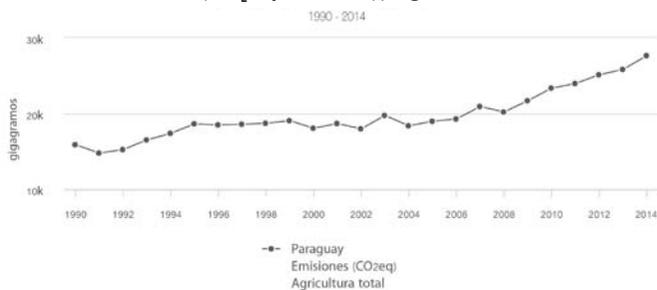
que corresponderia à sua idade⁸. Com relação ao grupo de alimentos (carnes, hortaliças e ovos) se observou maior quantidade de domicílios com menos grupos de alimentos.

Outro dos principais problemas gerados pela expansão da pecuária é o aumento astronômico das emissões de gases de efeito estufa, principalmente pela fermentação entérica⁹ produzida pela criação de gado. Segundo a FAO, nos últimos 24 anos (1990-2014) o Paraguai duplicou a quantidade de emissões de CO₂ e a maioria delas é resultante da produção de gado.

O aumento da capacidade de abate do mercado de frigoríficos no Paraguai, devido à inversão de capital estrangeiro e da necessidade de cumprir com uma demanda do mercado internacional, resulta no atual desmatamento do Chaco para a exploração da pecuária. Segundo a síntese estatística do MAG 2015/2016, existe uma variação negativa de 2,5% em relação à quantidade de gado em nível nacional, mas os departamentos de Alto Paraguay e Boquerón têm uma variação positiva de 1,7% e 6% respectivamente.

Um terço da proporção de água utilizada na produção agropecuária corresponde ao gado. São necessários 15,5 mil litros de água para produzir um só

Emissões (CO₂ equivalente), Agricultura total



Fonte: FAOSTAT (24 de setembro de 2017)
<http://www.fao.org/faostat/es/#country/169>

2.2

quilo de carne bovina, não porque os animais a bebem diretamente, mas porque a consomem através da forragem. Calculando a quantidade de quilos de carne de animais abatidos para exportação no ano de 2016 (466.807.515) pela quantidade de água necessária para produzir um quilo¹⁰, somente em 2016 a pecuária utilizou em torno de 7 trilhões 235 bilhões 516 milhões 482 mil e 500 litros de água¹¹, equivalente à água necessária para encher aproximadamente 2,9 milhões de piscinas olímpicas. Além do consumo de água implicado, há muitos estabelecimentos agrícolas e pecuários de grande extensão que alteram canais hídricos naturais através de represas ou desvios de rios e córregos de uso público, para regar suas pastagens e cultivos, violando abertamente protocolos assinados pelo Paraguai e a Lei de Recursos Hídricos¹².

O Centro Genético El Álamo é uma empresa - de capitalistas paraguaios aliados a empresas argentinas e brasileiras - de serviços de hotelaria para gado de alta genética, congelamento de sêmen, produção e venda de embriões, fertilização *in vitro* e assessoria geral em matéria de melhoramento genético, localizado em Areguá. Desde 2007, fez um aterro que diminuiu pela metade a umidade de uns 25 mil hectares na zona da desembocadura do arroio Yukyry, interrompendo seu curso. A função que este cumpria era a de ser o filtro natural para o espelho de água do lago Ypacaraí, o que em grande medida ocasionou a catástrofe ecológica que afetou o lago em 2013.¹³

Lá pela metade deste século, o crescimento populacional humano, somado a esses padrões de consumo de carne, farão duplicar a quantidade de água necessária para cultivar forragem. Hoje em dia cerca de 2,5 milhões de pessoas já vivem em áreas sujeitas a estresse hídrico: o prognóstico é que em 2025 será mais da metade da humanidade. O efeito do gado na água não se limita ao consumo; a contaminação da água por nitratos, fósforo do esterco, fertilizantes e antibióticos também pesa: como as plantas não conseguem absorvê-los, são filtrados

Emissões por setor (CO₂ equivalente)



Fonte: FAOSTAT (24 de setembro de 2017)
<http://www.fao.org/faostat/es/#country/169>

pelo solo e se depositam nas águas subterrâneas, mananciais, rios, lagos, e dali passam aos poços utilizados para consumo humano.

Custos ambientais da pecuária

Emissões de CO ₂ (2015)	
Posição 67 do ranking de países por emissões de CO ₂	131.000 toneladas
Hectares desmatados (2010-2015)	325.000 hectares
Sexto lugar na lista de países com mais desmatamento	
Consumo de água (em litros, ano 2016)	7.235.516.482.500

A produção bovina em nível mundial não mostra grandes crescimentos, no entanto a ARP afirma que “a FAO-OCDE (junho de 2013) identificou o setor de carnes do Paraguai como o maior potencial de crescimento no mundo para a próxima década, com uma estimativa de crescimento de 46% na produção e 52% nas exportações, em comparação com 1,6% de crescimento anual prognosticado para o mundo”.

Esse crescimento foi promovido principalmente durante o governo de Horacio Cartes (2013-2018), que incorporou a carne premium paraguaia como um dos emblemas principais da Marca País¹⁴, passando de ser anteriormente um sistema produtivo semifeudal com um manejo tecnológico atrasado a um sistema moderno, intensivo e extensivo em grande escala e com ambições de expansão incontáveis¹⁵.

Nesse mercado internacional, se fizermos um balanço das exportações de 2012 a 2015, podemos encontrar três mercados receptores principais da carne paraguaia: Rússia, com um total aproximado de 581.027 toneladas, Chile, com aproximadamente 150.627 toneladas, e Brasil com 115.012 toneladas¹⁶. Esta tendência se repete nos 4 anos com pequenas diferenças, mas no final esses três mercados

representam mais de 60% do total das exportações de carne e miúdos do país.

Mostrando o peso que significam tais importações para cada país, podemos encontrar outros resultados. Em 2015, o peso das importações relacionadas a produtos de carne bovina e seus derivados não representa mais de 3% do total das importações da Rússia, e os produtos importados do Paraguai representam 0,44% em relação a outros países dos quais a Rússia importa produtos. No caso do Chile, a carne representa 1,2% aproximadamente e Paraguai, como exportador, tem 1% do total de suas importações. No caso do Brasil o peso é menor que 1% e o peso do Paraguai é de 2% no total das importações¹⁷.

Cabe perguntar-nos se este modelo produtivo de carne para mercados premium, cujos lucros estão concentrados em uma oligarquia que atualmente destrói em grande escala o meio ambiente e não garante as mínimas condições de vida digna à população dos departamentos mas, ao contrário, expulsa ou explora a população nas regiões onde realmente se instala, vale a pena que continue e se expanda exponencialmente como indústria? 🌿

Notas:

1 WWF, 2016. Análisis social, económico y ambiental de la producción de soja y carne en Paraguay, *wwf-Paraguay - Assunção, Paraguai*.

2 *Ibidem*

3 ARP, 2017 Introducción a Paraguay y su Sector Cárnico. Abril: <http://www.arp.org.py/images/Paraguay-y-el-Sector-Carnico.pdf>

4 Vuyk, C., 2016 "Industria cárnica: producción nacional estratégica, ¿a beneficio de quién?" Em Palau, M, *Con la soja al cuello. Informe sobre Agronegocios en Paraguay*. (Assunção: BASE-IS): <http://www.baseis.org.py/wp-content/uploads/2016/12/informe-agronegocio-2016.pdf>

5 Dados de Trase earth flows. Mapeamento das cadeias de abastecimento globais, elaborado pelo Instituto de Meio Ambiente de Estocolmo e Global Canopy Programme <https://trase.earth/>

6 Alto Paraguay, Boquerón, Presidente Hayes, Concepción, San Pedro, Amambay. Ver *Con la soja al cuello*, 2016, p. 40

7 Segundo o Manual Compendio de la Ganadería Paraguaya, publicado pela ARP (2010): https://bibliotecadeamag.wikispaces.com/file/view/Manual_Ganaderia_Paraguaya.pdf Um exemplo dessas condições foi a demissão massiva efetuada por Porto Caacupemi em 2016, quando despediu, sem justificativa e sem a indenização correspondente, 80 trabalhadores, muitos deles com mais de 30 anos de antiguidade: <http://www.ultimahora.com/ex-trabajadores-del-puerto-caacupemi-van-juicio-buscando-indemnizacion-n988397.html>

8 INAN, *Situación nutricional de escolares y adolescentes que asisten a las escuelas públicas*. Anos 2007 a 2015

9 A fermentação entérica é parte do processo de decomposição dos alimentos que ocorre principalmente em ruminantes. Nesse processo, é liberado metano na atmosfera, como subproduto (especialmente como arrotos e, em menor medida, através da respiração e flatulências). Por outro lado, o esterco gerado nos sistemas pecuários gera impactos ambientais negativos devido à emissão de metano e óxido nítrico na atmosfera, assim como a acumulação de micro e macronutrientes no solo e nos leitões de água.

10 Produzir mil calorias de alimentos em forma de cereais requer meio metro cúbico de água. Uma vaca durante sua vida come 1.300 kg de grãos e 7.200 kg de forragem; para cultivar tudo isso é necessária muita água. A isso acrescentam-se 24 m³ de água para beber e 7 m³ para limpar os estábulos, por animal. Ver: Ortega, G. y Portillo, A. (2015) *El agua: ¿bien común o mercancía?* Assunção: BASE-IS: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Paraguay/base-is/20170331044501/pdf_1236.pdf

11 Elaboração própria com base no *Atlas de la Carne*, 2014 e de Senacsa em seu *Anuario de Exportación 2016*.

12 Exemplos dessa prática são: as estâncias da Holding Liebig Campos y Hacienda, uma empresa suíço-alemã radicada no Paraguai desde o final da década de 1970. Em sua página web descrevem que em seus estabelecimentos pecuários, a Estancia Guape – cerca de 7.069 hectares em General Resquí, departamento de San Pedro – represaram o riacho Chachí, "com duas bombas de motor e 4 tanques de terra de 2,5 milhões de litros cada um, e 25 quilômetros de encanamento". E o grupo de Estancias Loma Porá – cerca de 61.378 hectares em Pozo Colorado – relatam também que "têm 35 quilômetros de represas e caminhos internos com infraestrutura de retenção de água nos banhados, além de 35 diques, riachos, charco permanente e ocupação de áreas de estrada para aguada do gado". Holding Liebig Campos y Hacienda 2012. Estancia Cuapé, Ganadería: http://www.grupoliebig.com.py/es/actividades_conten.php?est=Estancia+Cuape&tit=tit1#idioma Parte da estancia Loma Porá – 14.404 hectares de terras – formava parte do território ancestral do povo Sawhoyamaxa usurpado ilegalmente durante mais de duas décadas por Heribert Roedel, dono do grupo Liebig, que foi obrigado pelo Estado paraguaio a restituir as terras a seus legítimos donos em cumprimento de uma das três sentenças internacionais pendentes na Corte Interamericana de Derechos Humanos (CIDH). Ver: Corte Interamericana de Derechos Humanos (2006) *Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaxa Vs. Paraguay*. Sentença de 29 de março de 2006: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_146_esp2.pdf

13 ABC, 8 de maio de 2013. "Imputan a empresario por construir diques." <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/interior/imputan-a-empresario-por-construir-diques-569650.html>

14 SEAM, FMAM y PNUD 2016. *Ganadería Sustentable. Una propuesta estratégica y competitiva. Aportes para una Marca País*. Assunção: Secretaria do Meio Ambiente (SEAM), Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): <http://greencommoditiesparaguay.org/wp-content/uploads/2017/08/Ganaderia-Sustentable-en-Paraguay.pdf>

15 Lovera, M. 2016 La ganadería en el contexto del "Nuevo Rumbo". Em Palau, M, *Con la soja al cuello. Informe sobre Agronegocios en Paraguay*. (Assunção: BASE-IS): <http://www.baseis.org.py/wp-content/uploads/2016/12/informe-agronegocio-2016.pdf>

16 Datos de *Trase earth flows*. *op.cit.*

17 *The Atlas of Economic Complexity* do Harvard's Center for International Development (CID): <http://atlas.cid.harvard.edu>

Argumentos contra a geoengenharia

Grupo ETC

24



Uma mãe leva seu filho à escola agroecológica e territorial Manuel Quintín Lame. Foto: Viviana Sánchez Prada

A grande fraude climática, argumentos contra a geoengenharia (*The Big Bad Fix*), relatório publicado pelo Grupo ETC, Biofuelwatch e Fundação Heinrich Böll, adverte que a geoengenharia (a manipulação do clima em grande escala) está ganhando aceitação em países altamente contaminantes, como uma solução tecnológica à mudança climática, já que esses países se negam a mudar suas economias baseadas em combustíveis fósseis. Por isso proliferam os programas e projetos de pesquisa sobre geoengenharia, planejados e financiados pela indústria e instituições privadas, principalmente nos países que são grandes emissores de gases de efeito estufa, como Estados Unidos, Reino Unido e China. *A grande fraude climática* analisa o contexto e os riscos da geoengenharia, revela seus atores, os interesses criados e as políticas subjacentes aos avanços de esquemas tecnológicos em grande escala para manipular os sistemas naturais da Terra.

Apesar de ser considerada muito perigosa e até inaceitável para muitos cientistas especialistas e políticos, a geoengenharia se faz cada vez mais pre-

sente nos debates e negociações sobre mudança climática, porque cria a ilusão de que existem atalhos tecnológicos através dos quais se poderia lidar com os sintomas da mudança climática, sem ter que enfrentar as causas básicas.

No entanto, como detalha o relatório, a geoengenharia apresenta muitos riscos para as pessoas, os ecossistemas e a segurança. Baseia-se em um consumo excessivo de terra, água e recursos, ameaçando assim a segurança alimentar e corroendo o controle democrático dos bens comuns do planeta, também em razão de que essas tecnologias estão sendo desenvolvidas principalmente por aqueles que buscam lucrar com patentes e com o desenvolvimento comercial das mesmas. Portanto, enfatiza o documento, é altamente provável que se incorra em danos irreversíveis para a biodiversidade e a integridade dos ecossistemas. Também existem preocupações graves sobre a governança da geobioengenharia, incluindo o potencial de que se desenvolva unilateralmente, o risco de conflitos ante a possibilidade de impactos adversos e danos colaterais em algumas regiões, e

o risco de utilizar as tecnologias da bioengenharia com fins hostis.

A geoengenharia é uma defesa perigosa de um *status quo* falido, não uma necessidade técnica ou científica. Na realidade, as técnicas que a geoengenharia desenvolve têm maiores possibilidades de piorar do que de resolver os diversos problemas ocasionados pela mudança climática. Assegurar que “devemos” empregar a geoengenharia equivale a assumir que preferimos danificar irreparavelmente nosso planeta, em vez de alterar o sistema econômico que beneficia somente quem se encontra no topo. **Rachel Smolker, Co-Diretora de Biofuelwatch.**

A *grande fraude climática* foi apresentado em Nairobi, durante a 3ª Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente, no período prévio a uma reunião da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), também da ONU, em Montreal. A geoengenharia se encontra sob uma moratória de fato na CDB, e a geoengenharia marinha está proibida pelo Protocolo da Convenção de Londres sobre a Prevenção da Contaminação do Mar. Os autores do relatório argumentam que essas decisões devem ser mantidas e devem constituir o ponto de partida de qualquer discussão legítima, internacional e democrática sobre a governança da geoengenharia.

A geoengenharia exacerbará o desequilíbrio de poder global, criará ganhadores e perdedores. Seria uma loucura permitir que um grupo de países tomasse controle do termostato global. Governança não deve ser entendida como o estabelecimento de regulamentos para legalizar e permitir o desenvolvimento de tais tecnologias. Proibir tecnologias extremamente arriscadas é um enfoque legítimo e prudente em relação à governança, como foi o que se pôs em prática com o Tratado de Proibição de Provas Nucleares e a adoção pela ONU do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares em julho de 2017. **Silvia Ribeiro, Diretora para América Latina do Grupo ETC.**

Ao invés de colocar o foco em arranjos técnicos, não provados e arriscados, o relatório solicita a implementação de uma visão com justiça climática para limitar o aquecimento global abaixo de 1,5°C.

Aqueles que propõem a geoengenharia têm a ilusão de que podemos escapar de nossas crises climáticas sem ter que ajustar nossos estilos de vida, que em muitos casos são altamente emissores de gases. Mas a realidade não é tão simples. As técnicas de geoengenharia não somente trazem novos riscos e efeitos

colaterais, mas também desviam da única solução provada para a mudança climática: a redução radical das emissões de gases que mudam o clima. Antes de colocar em movimento a geoengenharia, necessitamos regulamentos claros e vinculativos para essas tecnologias. Um marco internacional para a regulamentação deve basear-se em um princípio rigoroso de precaução e as tecnologias com riscos associados que não são previsíveis, justificáveis ou manejáveis devem ser diretamente proibidas. **Barbara Unmüsig, Diretora da Fundação Heinrich Böll.**

O relatório conclui que os numerosos riscos de alto impacto que a geoengenharia pode ter, e os problemas políticos, sociais, culturais, econômicos, éticos, morais, intergeracionais e de direitos que acarreta, a tornam inaceitável. Ainda mais, os autores argumentam que estabelece um perigoso desvio das alternativas viáveis urgentemente necessárias: reduzir drasticamente as emissões de gases de efeito estufa a curto prazo e transformar nossas economias, para abrir possibilidades de um futuro ecológico e socialmente sustentável e justo, em vez de confinar o mundo a uma dependência de longo prazo a tecnologias de alto risco, que, além do mais, ainda não existem.

A *grande fraude climática* oferece aos fazedores de políticas, aos jornalistas, ativistas de organizações, movimentos sociais e outros agentes de mudança, um amplo panorama sobre os atores-chave, as técnicas e os fóruns relevantes no discurso da geoengenharia. Contém uma sólida análise do contexto e da história da geoengenharia, dos diversos interesses que a configuram, e estudos de caso de algumas das tecnologias e experimentos mais importantes. Solicita que sejam proibidos urgente e imediatamente os experimentos a céu aberto de Manejo da Radiação Solar, pelo potencial que têm de suspender os direitos humanos, a democracia e a paz entre as nações. Argumenta em favor de uma governança da geoengenharia que seja participativa e informada por um rigoroso debate sobre as políticas e as práticas climáticas reais, existentes e justas. É um chamado à ação, a um movimento de movimentos, para se opor massivamente à geoengenharia como remendo técnico para a mudança climática e por ser uma ameaça à paz mundial, à democracia e aos direitos humanos. *A grande fraude climática* (com o título *The Big Bad Fix* em inglês) é encontrado em espanhol na página do Grupo ETC, www.etcgroup.org/es e pode ser baixado sem qualquer custo. 🌱

Consultar o **mapa interativo de experimentos de geoengenharia**: map.geoengineeringmonitor.org

O Protocolo de Nagoya: Acaba com a biopirataria ou apenas a torna legal?¹

Silvia Rodríguez Cervantes
Red de Coordinación en Biodiversidad
30 de janeiro de 2017

26

O terceiro objetivo da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), diziam aqueles que a redigiram, afirmava buscar uma suposta distribuição justa e equitativa derivada do uso dos recursos da biodiversidade (DEB). Insistia-se que sua implementação requeria ser trabalhada de maneira específica.

Quero esclarecer a nossa posição sobre esse terceiro objetivo da CDB. A característica inicial do objetivo anterior, neste e em outros tratados internacionais similares, é ele estar sujeito à observação de cláusulas, inclusive a efetivação de contratos que remetem à obtenção sem objeções de direitos de propriedade intelectual (DPI) ou segredos comerciais, para a parte que está solicitando o acesso aos recursos. Os direitos *suigeneris* frequentemente mencionados como sendo a contraparte “justa e necessária” para as comunidades e os povos, com a finalidade de fazer contrapeso aos DPI, são simplesmente uma mistificação. Dessa maneira, a estrutura inicial de relações desequilibradas assinala o rumo que a implementação do terceiro objetivo teria: não é possível que os povos e comunidades obtenham benefícios justos e equitativos em troca de seus recursos e conhecimentos. Ainda menos, se à legitimação dos DPI adicionamos a cláusula de solução de controvérsias e o condicionamento que sub-repticiamente se faz em relação ao uso e troca consuetudinária de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados das comunidades indígenas e locais.

Todos esses pressupostos e artigos estão contidos nos resultados de um longo processo de discussões para implementar o terceiro objetivo da CDB, que finalmente culminou com a aprovação distorcida do documento convertido no Protocolo de Nagoya (PN) sobre o Acesso aos Recursos Genéticos e a Participação Justa e Equitativa nos Benefícios que sejam derivados de sua utilização na Convenção sobre Diversidade Biológica.

É lugar comum escutar e ler que o objetivo implícito da “distribuição equitativa de benefícios” é, supostamente, evitar a “biopirataria”. Era costume a biodiversidade cuidada e protegida pelas comunidades

locais e pelos povos indígenas, ser extraída – em muitos casos graças às indicações do conhecimento local – para a elaboração de inúmeros produtos, sem nenhum reconhecimento ou pagamento. Exploradores e cientistas, nacionais ou estrangeiros, simplesmente retiravam amostras de florestas, campos, bancos de germoplasma e herbários, sem qualquer obrigação em troca. Portanto, essa injustiça seria supostamente remediada se fosse dado um reconhecimento, em termos monetários ou não monetários, a quem possuía a biodiversidade, com a aprovação e respaldo do próprio Estado nacional. Consequentemente, concluíam os redatores, a biodiversidade ficaria melhor protegida.

Porém pretendo demonstrar que nem sequer o documento final que deu origem ao PN obteve realmente um consenso e questiono que ele assente as bases para acabar com a biopirataria e proteger a biodiversidade.

1

O processo das negociações do PN é limpo, justo e equitativo?

Antecedentes: Em 2002, durante a realização da Conferência das Partes (COP)-6 em Haia, foram aprovadas as diretrizes voluntárias de Bonn sobre “Acesso aos recursos genéticos e participação justa e equitativa sobre os benefícios provenientes de sua utilização” (ARB). O grupo de Países Megadiversos Afins, ao qual pertencem vários latinoamericanos, teve uma posição firme (e inclusive aprovada lá) de que, ao solicitar uma patente ou direito de usuário, o interessado deveria apresentar, além dos requisitos específicos, o “certificado legal de cumprimento sobre o acesso aos recursos e ao conhecimento tradicional”. Entre outras coisas, ali seria divulgada a origem dos recursos genéticos e dos conhecimentos, inovações e práticas de seus detentores, tanto quanto o consentimento previamente informado da comunidade de onde foram extraídos. Esta posição foi duramente criticada porque apesar da aparente justiça, os Megadiversos estavam aceitando a PI de seres vivos e o princípio de que, se algum pagamento é obtido, não existe pirataria, mas sim uma transação comercial.²

Para que os termos gerais das diretrizes passassem a ser vinculativos para os países membros da CDB, na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável (conhecida como “Rio+10”), realizada alguns meses depois, foi estabelecida uma comissão para continuar o trabalho na direção do que foi denominado Regime Internacional de Acesso e Distribuição de Benefícios.

Depois de mais de seis anos de reuniões, propostas e contrapropostas, na COP-10 em 2010, na última hora, o Protocolo de Nagoya (PN) foi adotado.

Desenlace: Na véspera do último dia concedido para que o Grupo Especial de Trabalho entregasse a proposta de Protocolo, as negociações estavam paradas, com uma clara divisão entre os países do Norte (tecnologicamente avançados) e do Sul (ricos em biodiversidade), diretamente relacionada com os artigos que supostamente enfrentariam a biopirataria por meio da “participação de benefícios”. A grande maioria dos integrantes do Grupo Especial ignorava o que estava acontecendo nos bastidores. No final, vazou a notícia de que, enquanto o processo oficial continuava tratando de chegar a um consenso, a União Europeia (UE) e o Brasil, com a anuência do Japão, país anfitrião, faziam a portas fechadas um acordo sobre os temas polêmicos não resolvidos.³

O PN “... não é a expressão de negociações transparentes e participativas, devido à maneira peculiar e até estranha como foi concluído. Como resultado, o documento e seus artigos não representam um equilíbrio real de interesses das partes da CDB. Isto é, o rascunho da União Europeia e do Brasil alterou os equilíbrios de negociação normais, nos quais foram acordados artigos específicos subordinados a outros artigos resolvidos com êxito. Ao invés de ser guiado pela máxima de que “nada está acordado até que tudo esteja acordado”, o Protocolo é, ao contrário, o resultado de um jogo de poder e de táticas altamente questionáveis que tiveram lugar nos últimos dias do encontro da COP em Nagoya” (Rede do Terceiro Mundo, *op. cit*)

Ao que tudo indica, o Brasil não tinha a autorização do Grupo de Países Megadiversos Afins, de quem era representante, ou do Grupo América Latina e Caribe (GRULAC) para levar a cabo essas conversas secretas, nem, obviamente, houve qualquer processo de informação ou consulta com eles. Tampouco o Grupo de Países Asiáticos sabia disso. Assim, o mundo em vias de desenvolvimento parecia estar oficialmente fora das negociações. Somente de última hora, a Namíbia (representante do Grupo da África) foi convidada, com o claro objetivo de assegurar seu voto em apoio à iniciativa UE-Brasil, que incluiria um artigo sobre um fundo multilateral promovido com força pela Namíbia.



Troca de sementes, conhecimentos e olhares sobre os territórios. Foto: Viviana Sánchez Prada

Assim, acordada e concluída a proposta do “grupo” secreto, ela foi entregue ao Japão. Enquanto isso, as negociações oficiais fracassavam e, como tábua de salvação, o documento “secreto” foi levado ao Grupo de Trabalho e aprovado como texto final, após alguns pequenos reparos cosméticos. O passo seguinte foi sua apresentação no plenário da COP-10 para “ser aprovado ou rejeitado sem discussão”. Assim nasceu o Protocolo de Nagoya.

É importante esclarecer que a norma nessas instâncias internacionais é que a aprovação de acordos seja por consenso, ou seja: “Nada está aprovado se tudo não estiver aprovado”. Porém, dadas as circunstâncias de desigualdade, podemos aceitar que o que aconteceu foi que primeiro o Grupo de Trabalho, e depois todos os delegados oficiais da COP, outorgaram seu consentimento de maneira consciente e deliberada para promover uma distribuição justa e equitativa de benefícios que beneficia seus detentores? (Conferir no quadro a opinião da Rede do Terceiro Mundo)

Não há dúvida de que o segredo e a urgência de concluir o documento foi a origem de que o PN fosse qualificado como “monumento à ambiguidade criativa”⁴ Alguns de seus artigos – os que tinham sido mais polêmicos – são imprecisos e na maioria deixados para o delineamento específico das legislações nacionais. O problema é que os assuntos que não obtiveram realmente um consenso naquele momento, foram transferidos para as reuniões seguintes de implementação, com limitadas possibilidades de modificação, dado a estrutura geral já aprovada no PN. Os artigos sobre os direitos dos detentores da biodiversidade e do conhecimento tradicional associado foram pouco e parcialmente trabalhados, como veremos em alguns exemplos no tópico seguinte.

2.

A biodiversidade e o conhecimento tradicional no Protocolo de Nagoya

Os direitos das comunidades rurais e dos povos indígenas são mencionados já na Introdução do Protocolo, que reconhece a importância dos conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos. Além disso, refere-se à Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, e afirma que “nada do que está contido neste Protocolo será interpretado no sentido de menosprezar ou suprimir os direitos existentes das comunidades indígenas e locais”. Em que medida são atendidos esses reconhecimentos?

Refiro-me pelo menos aos seguintes artigos do Protocolo. O Art. 5 trata da Participação justa e equitativa de benefícios derivados da utilização dos recursos, e o Art. 7 trata do Acesso a conhecimentos tradicionais associados a recursos genéticos. Em ambos os casos seu estabelecimento é remetido às legislações nacionais, sem o apoio substancial do próprio Protocolo. O Art. 5 assinala que os benefícios do acesso à biodiversidade sejam repartidos de “maneira justa e equitativa” e o Art. 7 faz referência a que o acesso ao conhecimento se estabeleça com o “consentimento fundamentado prévio”. Em ambos os artigos se indica que tanto a troca de biodiversidade, como a do conhecimento tradicional, serão realizadas “em condições mutuamente acordadas”.

Cita o Art. 5, inciso 4, um anexo do Protocolo onde estão listados os possíveis benefícios monetários e não monetários, deixando sua definição “às condições mutuamente acordadas” entre os provedores e os usuários. Isto é, remete os benefícios aos acordos bilaterais que, antes de mais nada, são evidentemente entre desiguais, ainda que digam que serão “mutuamente acordados”.

O “consentimento” para dar acesso aos recursos está mais detalhado no Art. 6, inciso 3. Trata-se praticamente de que se realizem contratos escritos (não se diz em que idioma) ou licenças, ainda que assinala que sejam em termos “claros e transparentes”. As regras e os procedimentos são rígidos e assimétricos, por exemplo, a “resolução de controvérsias” de acordo com a nacionalidade dos contratantes poderia ter caráter de controvérsia internacional. Em resumo, a chamada distribuição de benefícios “negociada” por comunidades e pessoas ou empresas interessadas em seus recursos genéticos, e possivelmente em seu conhecimento, se delimitam dentro de termos completamente alheios à cultura e aos recursos monetários que possibilitam a gestão logística, administrativa ou jurídica dessas comunidades e povos. Um monólogo possível do conteúdo desses acordos seria:

- Vocês me dão suas plantas, animais ou microrganismos de que necessito.
- Vocês me orientam com seus conhecimentos: para que os utilizam?
- Eu os levo comigo e os transformo em uma mercadoria de qualquer tipo: medicamento, recurso fitogenético, perfume, etc.
- Fazemos um contrato no qual exijo quase sempre que o que eu obtenha seja “protegido” com propriedade intelectual... Embora não entendam o que é isso, por que isso não existe em sua cultura, simplesmente aceitem e já irão entendendo o que é.



Semeaduras agroecológicas na Costa Rica. Foto: Zuir Méndez

- Se houver problemas, como sou estrangeiro, é bem possível que levemos o assunto a tribunais internacionais.
- Em troca, lhes dou uma certa quantia em dinheiro ou em alguma coisa de que necessitem, não o que vocês pedirem, mas algo “acordado mutuamente”.

Por último, não podemos deixar de fazer referência a outra espoliação sutil, mas de grandes dimensões, que se faz no **Art.12**. Conhecimentos tradicionais associados a recursos genéticos. O inciso 4. salienta: As Partes, ao aplicar o presente Protocolo, não restringirão, **na medida do possível**, o uso e troca consuetudinária de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados dentro das comunidades indígenas e locais, e entre as mesmas, em conformidade com os objetivos da Convenção.

Estamos na presença de um inciso impossível de aceitar, pois põe em grave perigo a troca milenar consuetudinária realizada pelos povos e comunidades, de seus recursos genéticos e conhecimentos, ao acrescentar a frase, que não serão restringidos “**na medida do possível**”.

Conclusões

Inicio este artigo apontando e criticando as bases subjacentes a toda a estrutura gerada em diversos tratados internacionais sobre a “distribuição equitativa de benefícios”. São explícitas as grandes irregularidades com que foi aprovado o Protocolo de Nagoya, visando assegurar que o processo não fosse um fracasso. Não posso deixar de assinalar de maneira contundente a consulta e participação insuficientes das comunidades locais e indígenas, em sua grande maioria alheias a tudo o que estava sendo tecido em torno de seus recursos e conhecimentos. Esta é uma tendência generalizada nos fóruns e acordos internacionais, onde se decide em nome deles, ignorando a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, e a Declaração dos Povos Indígenas.

Portanto, não é de se estranhar o resultado dos artigos que analiso sobre os termos de troca entre os interessados na biodiversidade e o conhecimento tradicional, e seus detentores. Ainda que a maior parte da estipulação desses termos é deixada ao arbítrio de cada país, suas linhas gerais estão suficientemente dadas, com uma parcialidade evidente contrária a seus detentores.

O PN é mais um dos acordos internacionais onde se subjuga os direitos dos povos indígenas e das comunidades rurais com as consequências previsíveis de que a biopirataria continuará, apesar de agora estar legalizada em um “acordo” e que a biodiversidade continue sendo dizimada ao se deixar de lado seus verdadeiros cuidadores. Reitero que na Introdução do PN é mencionado que: “Nada do que está contido neste Protocolo será interpretado no sentido de menosprezar e suprimir os direitos existentes das comunidades indígenas e locais”. Infelizmente, seu conteúdo parece ignorar esta afirmação. Ao aceitar suas regras, o que as comunidades obtenham como repartição será sempre insuficiente, pois tal repartição legítima a desapropriação e lhe outorga bases legais. A desapropriação mediante a privatização com propriedade intelectual (qualquer que seja sua modalidade) é o resultado final de se ter mercantilizado o que não tem preço. 🌱

Notas:

- 1 Como antecedentes, pode-se consultar: <https://www.grain.org/article/entries/4608-el-protocolo-de-nagoya-construido-y-aprobado-sobre-bases-discutibles>
- 2 Ribeiro, Silvia. Comunicação pessoal. 2003
- 3 Esta informação está extraída principalmente de: Red del Tercer Mundo-Nagoya Spanish complete website-TWN-(2013). “Las vueltas finales de Nagoya” <https://www.twn.my/title2/books/pdf/Nagoya%20spanish%20complete%20website.pdf>
- 4 Lago Candeira, Alejandro. Responsável pela Cátedra UNESCO de Território e Meio Ambiente. Universidade Rei Juan Carlos. 2015

Ataques, políticas, resistência, relatos



Marcha contra a OMC, Buenos Aires, Argentina, dezembro de 2017. Foto: Wimpy Salgado

Flores no deserto

Elas são como qualquer uma de nós. E não são. Viveram o racismo em sua expressão mais vergonhosa. Negaram-lhes a história, a língua e a roupa, ao mesmo tempo que lhes arrancam seus territórios, seus centros sagrados, suas cerimônias e seus recursos naturais. Empresas e governos querem suas águas, suas montanhas e seus ventos. E elas, filhas e netas de mulheres guerreiras, atrevem-se a anunciar outro amanhã para seu povo e para o país inteiro, pois não há dia em que não se coloquem de corpo e alma para defender o que é de todos.

Não são vítimas. Nem de poderes, nem de costumes. Mas, sim, estão injuriadas. Desafiam os destinos impostos e romperam com tradições locais e globais para construir sua própria história. São o que são e o que delas fez a vida, diz Lupita, que teve nove familiares assassinados pelos paramilitares.

Rocío, Magda, Sara e Bettina, pelo delito de lutar e não desistir, foram detidas e encarceradas pelo governo; Gabriela enfrenta o crime organizado, enquanto que Mirna e Osvelia enfrentam a maquinária que devora seus territórios, e de Lucero tomam suas plantas medicinais. Marichuy, curandeira e defensora, é a porta-voz delas e juntas, e com outras tantas, colocam a vida na construção de um mundo melhor, onde, como dizem os Zapatistas, caibam muitos mundos, e onde quem mande, mande obedecendo.

Seu coração é comcaac, yoreme, coca, binizaá, nahua, tsotsil, mazahua, maya e kumiai, ainda que nem todas mantenham a língua. Pais e avôs aprenderam a não ensinar, como diz Mirna, para lhes evitar maltratos nas escolas e nas cidades. Para Magda, o levante Zapatista a

fez recuperar suas tranças, sua saia e suas palavras. Para Rocío, a fez reconhecer-se como indígena, em um povo que o governo diz que não existe.

Todas são integrantes do Conselho Indígena de Governo (CIG), estrutura criada pelo Congresso Nacional Indígena (CNI) para visibilizar suas lutas e chamar para a organização dos povos, em uma iniciativa respaldada pelo EZLN, que se inscreve no processo eleitoral de 2018, mas que não compete nesse esquema. A tomada do poder não é de seu interesse. Seus membros almejam mais. Almejam tudo. É seu tempo.

O CIG é formado por mais de 200 indígenas de todo o México, metade homens e metade mulheres. São produto da decisão coletiva do V Congresso Nacional Indígena, em dezembro de 2016. Deter a destruição e fortalecer resistências e rebeldias é seu horizonte, a autonomia é sua contribuição.

Este trabalho apresenta apenas dez histórias. São elas, seus povos e suas lutas representando muitas mais, incluídas as não indígenas. Flores do bem em terra que se pensa infértil. Se a sua voz é nossa voz, também nosso é o seu destino. ♣

Gloria Muñoz Ramírez

Flores no deserto é uma reportagem que recolhe a história e a voz de dez conselheiras do Conselho Indígena de Governo (CIG), que faz parte do Congresso Nacional Indígena em sua aposta para viabilizar as condições de vida das comunidades originárias e a esperança das lutas de resistência contra os projetos de morte no México. Esta é uma reportagem realizada por Gloria Muñoz Ramírez para *Desinformémonos*, com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo, com fundos de BMZ
Baixar em <https://floreseneldesierto.desinformemonos.org/>

Colômbia

Cauca: se agrava a situação de direitos humanos no município de Suárez

Pichações em casas com ameaças contra moradores, presença de material de guerra, perseguição e intimidação da equipe de Direitos Humanos de ACIN.

O Tecido de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Cxhab Wala Kiwe ACIN, manifesta aos organismos de proteção dos direitos humanos presentes no país, ao escritório para os Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas ONU-DDHH na Colômbia, às entidades estatais, ao povo colombiano e à comunidade internacional, nosso repúdio aos fatos recentes que mantêm e agravam a situação de Direitos Humanos na comunidade de Cerro Tijeras, município de Suárez.

Fatos. No dia 23 de janeiro de 2018, no caminho Olivares do município de Suárez, apareceram pichações das Autodefesas Gaitanistas de Colômbia (AGC) intimidando e ameaçando a população civil pertencente à aldeia de Cerro Tijeras. Em 15 de janeiro passado, organizações sociais do Vale do Cauca receberam uma ameaça, através de panfletos, assinada pelas Autodefesas Gaitanistas de Colômbia (AGC). Nessa ameaça se mencionam autoridades e líderes indígenas do norte de Cauca, como a aldeia de Cerro Tijeras – território no qual há apenas um mês aconteceu um massacre de sete pessoas, remoção e confinamento parcial.

As pichações descrevem ameaças e intimidações a Eider Flor (atual governador de Cerro Tijeras), Meraldiño Caviche (defensor de direitos humanos e integrante da equipe de apoio da Aldeia), Enrique Guetio

(defensor de direitos humanos e integrante da equipe de apoio da Aldeia); também fazem alusões a estes nomes: Daniel G, e Horacio C, presidentes da JAC do caminho Olivares e Alta Mira, respectivamente. Os nomes vão acompanhados da seguinte ameaça: “nós os massacraremos, sapos conselheiros”.

Também denunciemos que os territórios indígenas continuam sendo utilizados por atores armados. Após todas as ocorrências em dezembro de 2017 e o que aconteceu em janeiro de 2018, as comunidades, a guarda kiwe thegnas e as autoridades tradicionais de Cerro Tijeras continuam em exercício de controle e recorrida territorial, nos quais seguem encontrando material de guerra que desarmoniza o território e a comunidade.

Por determinação das autoridades espirituais, todo objeto de guerra que desarmonize o território deve ser remediado pelo fogo (queimado). Este será o destino do que for encontrado.

Devemos denunciar também que, após a missão de verificação de ontem, dia 24 de fevereiro, no caminho de regresso, a comissão de direitos humanos da ACIN que se deslocava em um veículo da organização foi objeto de acompanhamento e inti-

midação por três desconhecidos, que se locomoviam em três motocicletas, desde o caminho Betulia até a zona urbana do município de Suárez: sujeitos com atitude ameaçadora que mantiveram seus rostos cobertos. Este fato, levado ao conhecimento das autoridades indígenas em detalhes, é motivo de investigação por parte das mesmas.

As situações descritas são evidência de uma problemática que a organização Cxhab Wala Kiwe e o conselho indígena de Cerro Tijeras vêm denunciando com clareza e que já é conhecida pelas autoridades do Estado colombiano. É URGENTE prosseguir com as ações civis necessárias para oferecer proteção à comunidade de Cerro Tijeras e suas autoridades, assim como fortalecer a presença social do Estado colombiano.

Solicitamos a todos os atores armados que respeitem a livre determinação das comunidades indígenas, seu território e as autoridades.

Solicitamos às organizações de direitos humanos a permanecerem vigilantes e aumentarem sua presença para averiguação no território. Tecido Defesa da Vida e dos Direitos Humanos.

CXHAB WALA KIWE ACIN. ✨

Fonte: CENSAT-Água Viva



Marcha contra a OMC, Buenos Aires, Argentina, dezembro de 2017. Foto: Wimpy Salgado

Mais de duas mil pessoas desaparecidas na zona de hidrelétricas na Colômbia

Contagio Radio. A missão para observação e averiguação sobre as condições de busca de pessoas desaparecidas ao longo do Cânion do Rio Cauca em Antioquia constatou que há mais de duas mil pessoas desaparecidas, portanto o projeto estaria violando os direitos das vítimas e da sociedade em geral de conhecer a verdade, e por isso seria necessário um processo de busca antes de adiantar a fase seguinte do projeto de EPM.

A Missão apresentou seu relatório após a observação da situação com respeito à construção da hidrelétrica Hidroituango que prevê a inundação de 79 km ao longo do Cânion do Rio Cauca.

De acordo com as cifras da Unidade para a Atenção e Reparação Integral de Vítimas, nos 12 municípios antioquinos afetados pelo projeto hidrelétrico, foram registradas 2.238 vítimas de desaparecimento forçado até 2017. Além disso, entre 2014 e 2018, foram exumados 159 corpos, dos quais somente 84 foram identificados.

Segundo Verónica Heredia, integrante do grupo que viajou ao território, e advogada argentina, “o desaparecimento forçado é o pior dos crimes, porque todos os dias a pessoa está desaparecida e todos os dias os familiares estão procurando por ela”. Informou que na Colômbia esse fenômeno acontece há várias décadas e se desconhece a magnitude real do fenômeno devido às discrepâncias da informação.

Através de diferentes pesquisas, *Contagio Radio* documentou o problema que enfrentam milhares de vítimas dos 12 municípios que estão sendo afetados pela hidrelétrica em construção. Os familiares dos desaparecidos argumentam que durante o conflito armado “as pessoas eram assassinadas e lançadas ao rio para que se perdessem”.

Por isso, o Rio Cauca foi reconhecido como um cemitério, e os camponeses e barqueiros asseguram que recolheram corpos no rio e os enterraram em diferentes partes da floresta, geolocalizando-os pela posição das árvores. Entretanto, como parte do projeto de construção, a empresa EPM realiza atividades de corte de árvores e a oportunidade de encontrar os corpos enterrados é perdida.

Isto foi denunciado em repetidas ocasiões pelo Movimento Rios Vivos, composto em grande medida por vítimas do conflito armado. Uma de suas representantes, Izabel Cristina Zuleta, declara que a empresa prejudicou mais uma vez essas pessoas, que sofreram ameaças contra sua vida pelo trabalho que realizam.

Dentro da visita realizada ao território, os integrantes da Missão constataram que “existe abuso e falta de respeito em relação às vítimas devido aos procedimentos de busca efetuados na região. É um trabalho que o Estado, e não a empresa, deve realizar, e as comunidades e suas tradições culturais devem ser incluídas e respeitadas.

Além disso, declararam que entre 1990 e 2000 “houve um trânsito diário de corpos em diferentes setores do Rio Cauca” e eram pessoas que haviam morrido de forma violenta. As pessoas “por motivos espirituais e éticos enterraram os corpos e sempre o fizeram na beira do rio”. Também observaram que existe medo de denunciar esses casos, levando-se em conta que o conflito armado continua existindo nessa região.

Uma grande preocupação está relacionada com o fato de que existe um acordo entre a Fiscalização Geral da Nação e a empresa EPM para recolher informações sobre a presença de corpos sem identificação na zona da inundação do projeto, onde a Fiscalização realizou 159 exumações.

Preocupa-lhes que a empresa tenha competência para organizar a exumação e transladar os corpos presentes em cemitérios da zona a ser inundada, pois foi feita uma licitação com diferentes entidades para realizar tal trabalho, sem que levassem em conta as comunidades, e as famílias não sabem o que acontece com os corpos de seus familiares.

Como já foi feito pelo Movimento Rios Vivos, solicitaram ao Estado colombiano que “implante as medidas de prevenção e proteção dos territórios que são necessárias para garantir o direito à verdade individual e coletiva”. Além disso, pediram-lhe que faça a documentação, investigação e dignificação das vítimas pelas graves violações dos direitos humanos.

Solicitaram à sociedade colombiana que se solidarize com a situação padecida pelas vítimas de desaparecimento forçado no departamento de Antioquia, na medida em que, para alcançar a paz, é necessário saber a verdade sobre os fatos acontecidos. Afirmaram que a mobilização social é vital para garantir os direitos de não repetição.

E finalmente solicitaram à empresa EPM que se abstenha de desenvolver atividades que “afetem a memória, a verdade e a justiça através da recuperação, identificação e entrega dos corpos enterrados na ribeira do Rio Cauca, ou que possam afetar a investigação, julgamento e sanção de fatos que violam os direitos humanos”. ✿

Argentina:

Por que contra os mapuches?

(resumo)

Darío Aranda para lavaca.org “É o branco escolhido pelo governo nacional e os meios oficiais”. Todos os povos indígenas da Argentina exigem o mesmo: território. Têm metodologias diferentes de luta, mas nenhuma provoca tanto receio (político, judicial, midiático, social) como as ações do povo mapuche. “Terroristas”, “chilenos”, “mataram os tehuelches”, são algumas das definições que a voz oficial infundiu em diferentes momentos da história e são repetidas até hoje. A dois meses do assassinato pelas costas de Rafael Nahuel e após a criação de um “comando unificado”, mérito da ministra Patricia Bullrich, há um avanço na criminalização. Racismo, direitos violados e no âmbito: o território em disputa.

Janeiro, agosto e novembro de 2017.

Três momentos: a repressão feroz contra o Pu Lof em Resistência de Cushamen (Chubut), o desaparecimento de Santiago Maldonado e o assassinato de Rafael Nahuel (em Vila Mascardi, Rio Negro). Mais do que nunca, os meios de comunicação colocaram o foco “nos mapuches”. A situação mapuche foi inserida da pior forma na agenda nacional.

Diana Lenton, doutora em Antropologia e docente da faculdade de Filosofia e Letras da UBA, destaca que o ataque contra o povo mapuche tem uma base fundamental no racismo. Explica que as comunidades mapuches têm as mesmas reivindicações que o povo qom, porém expressam sua mensagem de maneira diferente, “de igual para igual” diante do não mapuche. “O olhar racista não tolera que um indígena se posicione de igual para igual”, afirma.

Lenton salienta que muitas pessoas costumam dizer que não são racis-

tas porque “ajudam” a um grupo determinado, mas quando o destinatário sai daquela situação, tudo muda. “Toleram o ‘outro’ quando ele está por baixo, mas não toleram que esse outro o trate de igual para igual”.

Membro da Rede de Pesquisadores sobre Genocídio e Política Indígena, acrescenta que existe uma geração de dirigentes mapuches muito preparada, com formação política e universitária, e isso aumenta o receio racista. E esses líderes mapuches têm bom manejo de oratória e dos meios de comunicação, por isso seu discurso é mais efetivo do que talvez o de outros povos.

Territórios e corporações. Há uma coincidência no fato de que a disputa pelo território é um elemento central, com atores que avançam sobre os direitos indígenas (empresas petrolíferas, de mineração, grandes fazendas, sempre articuladas a setores políticos e judiciários). “É preciso ter presente quais as empresas e que atividades econômicas querem desenvolver nos territórios onde vivem as comunidades mapuches”, alerta Lenton.

Lefzaru Nawel, membro da regional Xawvno da Confederação Mapuche de Neuquén, confirma o repúdio ao *fracking* (em particular em Vaca Muerta), à mineração e às represas que desalojam e inundam territórios ancestrais. E destaca outro fator particular do povo mapuche, as “recuperações territoriais”, quando as comunidades identificam um lugar ancestral que atualmente está nas mãos de grandes empresas ou proprietários de terras, e decidem recuperá-lo. Embora existam algumas experiências de recuperações territoriais de outros povos (comunidades pilagá em Formosa), isso é muito particular do Povo Mapuche. “Faz mais de 25 anos que as comunidades decidimos fazer uso efetivo de nossos direitos e voltar aos territórios que nos pertencem”, esclarece Nawel.



Foto: Wimpy Salgado

Colonização tardia. Lefzaru Nawel não tem dúvidas de que nos últimos meses houve uma campanha política e midiática para criminalizar e reprimir as comunidades originárias da Patagônia. “Recém se passaram 130 anos da conclusão da conquista pelas mãos do Estado argentino, enquanto os povos indígenas do norte argentino a sofreram há 300 ou 400 anos, nas mãos dos espanhóis”, recorda. E, por outro lado, assinala que o povo mapuche tem a particularidade de propor a necessidade de uma nação, não em termos separatistas, mas de soberania em territórios, autonomias, com autoridades próprias. “É uma proposta que leva a um debate profundo sobre o Estado plurinacional. Talvez outros povos não a proponham tão abertamente, e isso leva a que setores reacionários tomem posições repressivas”, afirma. 🌱

A versão completa pode ser consultada em lavaca.org e em biodiversidadla.org

Exército dos EUA, Gates e Monsanto por detrás de transgênicos para extinguir espécies

Silvia Ribeiro*

34



Marcha contra a OMC, Buenos Aires, Argentina, dezembro de 2017. Foto: Wimpy Salgado

Através de pedidos de acesso à informação pública, um grupo de organizações da sociedade civil, entre elas a Rede do Terceiro Mundo e o Grupo ETC, obteve mais de mil e duzentos e-mails de pesquisadores de universidades públicas dos Estados Unidos os quais revelam que o exército desse país é hoje o principal financiador global da controversa tecnologia de condutores genéticos – *gene drives* em inglês (<https://tinyurl.com/ybusbtqx>). Trata-se de uma forma de engenharia genética para enganar as leis da herança, de forma que uma característica transgênica seja obrigatoriamente transmitida a toda a descendência de plantas, insetos ou animais. É proposta para extinguir espécies inteiras consideradas pragas, como mosquitos, ratos e ervas espinhosas. Entre os consultores do exército sobre essa tecnologia, aparece um alto executivo da Monsanto (<http://genedrivefiles.synbiowatch.org/>).

Esta tecnologia implica em enormes riscos para a natureza e as pessoas, pois eliminar totalmente uma espécie teria impactos sobre muitos outros elementos do ecossistema. É a primeira vez que se desenvolvem organismos manipulados com engenharia genética (neste caso com CRISPR-Cas9) para manipular a vida silvestre. Diferentemente dos transgênicos cultivados – que ainda que contaminem outras plantas, têm que ser semeados e encontram algumas barreiras evolutivas naturais – os organismos com condutores genéticos estão projetados com o propósito de se reproduzir e se disseminar agressivamente na natureza, transmitindo a toda sua progênie a característica transgênica (não em 50% como seria o normal). Com

poucos indivíduos manipulados se poderia afetar toda uma população, ou até uma espécie inteira. Se isso fosse possível, quem pode definir que espécies são daninhas e devem ser eliminadas? Para a Monsanto, tudo o que não sejam suas próprias sementes no campo, são pragas. Para os camponeses e a agroecologia nada é supérfluo e tudo é parte de uma totalidade funcional, que deve estar equilibrada para que não se converta em praga.

Pensar que essa tecnologia tão arriscada está nas mãos de uma transnacional que só pensa no lucro, é muito preocupante. Saber que essa tecnologia se desenvolve a partir de interesses militares norte americanos é aterrador e deveria motivar sua proibição imediata. Por essas preocupações, 160 organizações de todo o mundo propuseram na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) em 2016, durante a reunião em Cancun, no México, que se deveria estabelecer com urgência uma moratória (<http://tin-yurl.com/yakgwsbz>).

Os e-mails obtidos mostram também que a Fundação Bill e Melinda Gates, o mais importante financiador privado dessa tecnologia nociva, pagou 1,66 milhões de dólares a uma organização de lobby (Emerging Ag.) para inviabilizar a aprovação da moratória sobre condutores genéticos na CDB em sua 13ª reunião em Cancun, e para promover que 65 cientistas e funcionários favoráveis à tecnologia atuassem como assessores independentes nos fóruns e em outros trabalhos atuais da CDB sobre esse tema (<https://tinyurl.com/ycnadxqi>). Alguns desses pesquisadores foram aceitos no Grupo de especialistas da CDB sobre biologia sintética (AHTEG), sem declararem que estão sendo pagos para desenvolver a tecnologia, inclusive por agências militares norte-americanas. A Fundação Gates e os Institutos de Saúde dos EUA investiram 75 milhões de dólares no projeto Target Malaria, que propõe extinguir, com essa tecnologia, o mosquito que transmite a malária.

O exército dos Estados Unidos, através de sua Agência de Projetos de Pesquisa Avançada para a Defesa (DARPA, pelas siglas em inglês) criou o programa Safe Genes, com enfoque na edição genômica, principalmente em condutores genéticos, tanto para usos benéficos, como para atender potenciais preocupações de saúde e segurança por mau uso intencional ou acidental. De acordo com os e-mails obtidos, a agência estaria financiando projetos e vários pesquisadores por até 100 milhões de dólares. Sabia-se que financiava sete projetos por 65 milhões de dólares (<https://tinyurl.com/yc5s7oed>). O dado novo não é somente a maior quantidade de dinheiro, mas que a DARPA está financiando projetos e/ou pesquisadores em todas as instituições que trabalham com condutores genéticos, não só nos Estados Unidos, como também na Austrália e no Reino Unido, algumas das quais planejam

fazer ensaios de campo em países africanos. Estes ensaios seriam, por sua vez, parte do programa Target Malaria financiado pela Fundação Gates. O envolvimento militar coloca o experimento – já assinalado como de alto risco – sob uma ótica geopolítica nova e muito preocupante. A DARPA financia também os dois laboratórios que têm as patentes mundiais sobre CRIS-PR-Cas9 (em UC Berkeley e Harvard/MIT), além de ser o financiador do projeto GBIRD (Biocontrole genético de roedores), coordenado por uma ONG conservacionista, que trabalha na criação de ratos que não possam procriar fêmeas, para extinguir a espécie.

Até agora, o argumento de seus proponentes é que a tecnologia é desenvolvida para fins de conservação ou saúde,

mas escapou da discussão que a mesma também tem usos hostis e militares. Ainda que a DARPA assegure que seus projetos são para defesa, a linha entre usos hostil e defensivo é virtualmente inexistente: a tecnologia é a mesma. O que a converte em uma ameaça inaceitável e reaviva a necessidade de medidas urgentes e enérgicas de parte das Nações Unidas para proibir seu uso, o que possivelmente não consiga controlar seu desenvolvimento militar, pois poderia continuar secretamente, mas sim impediria de continuar sendo desenvolvida por agentes públicos e privados. ❁

*Pesquisadora do Grupo ETC

<http://www.jornada.unam.mx/2017/12/09/opinion/023a1eco>

Aprofundam-se os elos das cadeias industriais de abastecimento

No final de novembro de 2017, o Grupo Bimbo formalizou um acordo com o Centro Internacional de Melhoria de Milho e Trigo (CIMMYT) “com o objetivo de estimular as práticas ‘sustentáveis’ de agricultura para garantir a segurança alimentar da população em crescimento do México e América Latina”, nas palavras do website da Cargill, uma das maiores processadoras e distribuidoras de matéria-prima para a agricultura e a alimentação do mundo. A Cargill é também um dos beneficiários deste acordo, pois “assinaram-se também dois compromissos para empreender dois projetos-piloto de fornecimento responsável no México: um com a Cargill para obter milho e outro com a Bunge para obter trigo (dois enormes e renomados agronegócios que são sócios do grupo Bimbo, para que juntos somem mais de 350 anos de experiência” (<https://www.cargill.com.mx/en/2017/grupo-bimbo-and-cimmyt-collaborate-to-boost-sustainable-ag>).

Bram Govaerts, representante do CIMMYT para as Américas disse que “o objetivo comum que buscamos ao assinar este acordo é oferecer oportu-

nidades aos produtores de milho do estado do México, Hidalgo e a zona do Bajío; e aos produtores de trigo de Sonora e Sinaloa, para que produzam mais grãos locais com alta qualidade nutricional e processado ‘mediante tecnologias e práticas agrícolas sustentáveis’, para que Bimbo os converta em produtos mexicanos para o mercado mexicano”, e acrescentou que esses projetos-piloto tinham “o respaldo dos pilares do desenvolvimento identificados pelo Fórum Econômico Mundial (WEF pelas siglas em inglês) empreendidas no México mediante a iniciativa conhecida como VIDA e o Conselho de Conservação da América Latina (LACC)”.

Daniel Servitje, diretor e presidente do Grupo Bimbo acrescentou que: “No Grupo Bimbo temos um compromisso claro com a sustentabilidade e o desenvolvimento da cadeia de valor. O México e o mundo enfrentam um grande desafio em relação à segurança alimentar e um modo do setor privado contribuir é através do fomento à agricultura”.

Assistiu ao evento o Secretário de Agricultura mexicano, José Eduardo Calzada, e representantes da Bunge, Cargill, CIMMYT, The Forest Trust – “um dos aliados importantes do Grupo Bimbo na criação de sua política Global de Agricultura e na

implementação da Política Global de Óleo de Palma – e The Nature Conservancy, envolvida na proteção do ambiente, segurança alimentar e projetos de abastecimento responsáveis”.

É suficiente dizer que José Eduardo Calzada, em seu papel de convidado de honra, enfatizou que “esta iniciativa entre empresas, ciência e ONG é uma garantia para conseguir nosso objetivo”, e acrescentou que os três objetivos centrais do acordo são “melhorar a produção, garantir o suprimento e a sustentabilidade das atividades agrícolas”.

Estamos em uma época em que as instâncias de gestão governamental nacional e internacional recorrem às grandes corporações para instrumentalizar as produções enormes que esperam obter, marginalizando muito rapidamente um campesinato que poderia ser beneficiado com outro tipo de políticas. Agora são acompanhadas em suas empresas pelo CIMMYT, em uma nova versão da Revolução Verde, onde os grandes consórcios e os grandes centros de pesquisa são quem impulsionam soluções para o campo a fim de obter lucros: um campo sem camponeses.

A nova linguagem inclui uma palavra que se se desvaloriza velocemente: sustentabilidade. ❁

A FAO adverte que há mais pessoas com fome na América Latina

Darío Aranda, 20 de novembro de 2017. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) afirmou que cada vez mais pessoas passam fome na América Latina: 42 milhões de pessoas (2 milhões a mais do que em 2015). Reconheceu que o mal não se deve à falta de alimentos e fez um chamado para fortalecer outro modelo agropecuário. A Via Campesina – movimento internacional de trabalhadores rurais, organizações camponesas, pesqueiras, indígenas – afirma que o modelo do agronegócio é uma das causas da fome, por isso exige políticas estatais de distribuição de terras e promove um modelo de alimentos saudáveis, sem transgênicos, nem agrotóxicos.

Panorama da segurança alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe, foi publicado pela FAO e Organização Panamericana da Saúde (OPS) em outubro passado. O informe destaca que 42,5 milhões de pessoas não tiveram alimentos suficientes para cobrir suas necessidades calóricas diárias em 2016: um aumento de 6% em relação a 2015 (2,4 milhões de pessoas a mais). “Se esta tendência não se modificar, a América Latina e o Caribe não cumprirão com a meta de erradicar a fome e a desnutrição em 2030”.

Na América do Sul, a fome afetou 5,6% da população em 2016 (11,6 milhões de pessoas). No Caribe foi 17,7%. Brasil, Cuba e Uruguai apresentam uma “predominância de subalimentação” inferior a 2,5%, enquanto a Argentina, Barbados, Chile, México e Trinidad e Tobago estão abaixo de 5%. Na faixa dos menores de 5 anos, 11% das crianças sofrem de desnutrição crônica.

Em nível global, segundo dados da FAO, 815 milhões passam fome hoje: um aumento de 38 milhões com relação a 2016.

Segundo o relatório, o excesso de peso e a obesidade afetam a todas as faixas etárias em homens e mulheres, e constituem um problema de saúde pública em toda a região. Na América do Sul, 7,4% (2,5 milhões) das crianças menores de 5 anos sofrem de excesso de peso e obesidade. “O consumo de produtos superprocessados está diretamente relacionado com o aumento do excesso de peso e obesidade”.

“Não podemos tolerar os níveis atuais de fome e obesidade, pois paralizará uma geração inteira de latino-americanos e caribenhos”, advertiu Julio Berdegué, representante regional da FAO.

A FAO não se caracteriza por questionar o modelo do agronegócio (na verdade promoveu o avanço transgênico

e das agrocorporações), porém já em 2015 questionou em público o modelo reinante. “É necessário mudar a forma como são produzidos os alimentos”, afirmou o diretor geral da FAO, José Graziano da Silva, salientando a necessidade de “criar conexões positivas entre os alimentos, a agricultura e o ambiente”.

E insistiu em que a fome não se deve à falta de alimentos (como argumentam as agroempresas). “A principal causa da fome tem a ver com o acesso. Existem alimentos suficientes, mas as famílias pobres não têm os recursos para comprar ou produzir os alimentos que necessitam”, afirmou o diretor da FAO.

Em Bruxelas, da Silva afirmou que a agricultura industrial “contribui para acelerar o desmatamento, agravar a escassez de água, o esgotamento do solo e o volume de emissões de gases de efeito estufa”. Fez um apelo para transformar os atuais sistemas alimentares e agrícolas, reduzir o uso de agrotóxicos e dar maior apoio aos pequenos agricultores.

Desde a sua criação, há 24 anos, a Via Campesina denuncia as consequências da agricultura industrial (empresas, transgênicos e agrotóxicos). Sempre enfatizou que a fome não se deve à falta de comida ou de produção, mas à injusta distribuição dos alimentos, agravada pelo modelo em mãos de poucas empresas.

“Hoje existem mais pessoas que sofrem de fome no mundo do que nunca antes na história. Entretanto, o Banco Mundial recomenda cada vez mais programas assistencialistas, compensatórios, enfocados, produtivistas, privatizadores e de liberalização de mercado. E cada vez mais os governos, muitas vezes irmanados com o setor privado nacional e transnacional, procuram implementar esses programas. O resultado é mais fome e mais pobreza no campo e na cidade”, explicou a Via Campesina em sua VI Conferência, realizada em Jacarta, na Indonésia.

E fez um apelo para que sejam combatidas as causas estruturais da fome e da pobreza. Os governos e organismos internacionais devem garantir a alimentação de todos os seres humanos, que os alimentos não sejam uma mercadoria; assegurar o acesso camponês e indígena à terra, à água e às sementes nativas; implementar uma reforma agrária integral; impedir o controle privado e estrangeiro dos recursos naturais; garantir a produção camponesa e indígena de alimentos (fornecendo recursos econômicos e técnicos que garantam a produção do setor); implementar programas de aquisição pública de alimentos em todos os níveis de governo. E recordaram que “A alimentação não pode ser condicionada pelas forças do mercado”. 🌱

Vinte Anos de Cultivos Transgênicos no Uruguai

Em 1996, o Uruguai, assim como a Argentina, se colocou entre os primeiros países a aprovar que fosse plantado um cultivo transgênico: a soja RR (Roundup Ready) da empresa Monsanto, tolerante ao herbicida glifosato. Após duas décadas daquela autorização, REDES-Amigos da Terra Uruguai, com o apoio do escritório Cone Sul da Fundação Heinrich Böll da Alemanha, propõe uma análise e um balanço crítico dos impactos e marcos institucionais vinculados à referida tecnologia, como contribuição ao debate nacional e regional sobre o tema. Efetua isso mediante um trabalho interdisciplinar documentado, que resume o debate gerado pela academia e pelos movimentos sociais.

O livro *Veinte años de cultivos transgénicos en Uruguay* conta com informação atualizada sobre o avanço dos cultivos transgênicos no Uruguai e na região, os diversos impactos ambientais e sociais associados ao mesmo, e as alternativas a partir da Produção Familiar e da Agroecologia. O livro é uma produção em parceria que tem como autores Pablo Galeano, Natalia Carrau e Karin Nansen de REDES-AT, e a socióloga rural Mariela Bianco.

Os conteúdos se estruturam em cinco capítulos. No primeiro são descritos os cultivos transgênicos com dados sobre a tecnologia em si e sobre sua situação atual em nível mundial, e em particular no Uruguai. Em relação a este, descreve-se o marco normativo vinculado à avaliação de riscos e o que diz respeito à rotulação dos alimentos derivados desses cultivos. É abordado criticamente o processo de avaliação de riscos que resultou na aprovação de 15 eventos transgênicos de soja e milho, os quais são hoje cultivados em



Marcha contra a OMC, Buenos Aires, Argentina, dezembro de 2017. Foto: Wimpy Salgado

nível comercial no Uruguai. O segundo capítulo aborda os impactos sobre o meio ambiente e a saúde da população, resultantes do desenvolvimento dos cultivos transgênicos. A elaboração desse capítulo, que conta com mais de 120 citações bibliográficas, apoia-se em um trabalho desenvolvido por uma equipe interdisciplinar da Universidade da República, que, dentro do âmbito de um projeto financiado pela Comissão Setorial de Pesquisa Científica dessa Universidade, produziu um relatório correlacionado. O terceiro capítulo aborda os impactos econômicos e estruturais que teve o desenvolvimento da agricultura de grande escala, cujo motor tem sido o cultivo da soja transgênica. No quarto capítulo é trabalhada a temática vinculada ao patenteamento das sementes e aos direitos de propriedade intelectual. No capítulo de encerramento há propostas relativas ao desenvolvimento da soberania alimentar e da agroecologia no Uruguai.

Como organização, a REDES-AT entende que o que está relacionado às culturas transgênicas é uma questão que ganhou crescente visibilidade na sociedade, em particular pelos conflitos relativos à aplicação de agrotóxicos e à contaminação de cursos e fontes de água que ocorrem em nossos

territórios. Sabemos que esses conflitos não se restringem aos cultivos transgênicos e estão vinculados ao desenvolvimento de uma agricultura de grande escala, que desaloja a produção familiar e expõe a população e o ambiente a uma carga crescente de substâncias potencialmente tóxicas. De qualquer forma, os cultivos transgênicos, em particular a soja, têm um papel de protagonista nesses conflitos, e vários dos novos eventos transgênicos em vias de aprovação no Uruguai (soja e milho tolerantes aos herbicidas dicamba e 2,4-D), longe de trazer soluções, irão agudizar os problemas. Nossa organização tem acompanhado o assunto e tem participado em instâncias públicas de construção de propostas reguladoras e de consultas cidadãs. Também junto à Rede de Sementes Nativas e Crioulas do Uruguai impulsionou, com o apoio da Fundação Henrich Böll e em parceria com algumas Faculdades da Universidade da República, estudos que demonstram a presença de transgenes em milhos crioulos, o que questiona a viabilidade da política de “coexistência regulada” enunciada na regulamentação vigente.

As transnacionais de biotecnologia que desenvolvem os cultivos transgênicos se outorgaram a função de trazer

ao mundo soluções tecnológicas inovadoras que promovam a “agricultura sustentável” e a “segurança alimentar”. É assim que apresentam os cultivos transgênicos, como a solução para produzir mais e melhores alimentos, preservando os recursos naturais, em um contexto de crescimento populacional. Suas promessas em relação às virtudes dessa tecnologia têm muito de *slogan* publicitário e pouco de conexão com a realidade. Na verdade, após vinte anos, continuam sendo duas as características apresentadas pelos cultivos transgênicos: tolerância a herbicidas e toxidade a larvas de lepidópteros (lagartas). O aumento na produtividade dos cultivos não está vinculado à tecnologia transgênica, e quanto à sustentabilidade ambiental da agricultura, a experiência uruguaia e a do Cone Sul como região mostram que o desenvolvimento dos cultivos transgênicos trouxe múltiplos problemas em lugar de soluções. No entanto, o “otimismo tecnológico” a respeito dos transgênicos não é exclusivo das corporações que os desenvolvem. Esse otimismo tem permeado também alguns agentes governamentais e instituições multilaterais. Em particular, aqueles vinculados às áreas de agricultura, ciência e tecnologia. No Uruguai, abundam os exemplos.

Tanto em nível mundial como regional, a maior parte da área semeada com cultivos transgênicos corresponde a cultivos tolerantes a herbicidas (88% em nível mundial e 100% no Uruguai), com o consequente aumento no uso desses agrotóxicos, em particular do glifosato. Os cultivos transgênicos tolerantes a herbicidas contribuem para a simplificação no manejo de cultivos em grande escala, pois possibilitam um uso mais intensivo de herbicidas e facilitam o plantio direto. São uma resposta adaptada ao problema de uma agricultura baseada em monocultivos, dependente de insumos externos

e gerenciada com o propósito central de reproduzir o capital. Analisando dados do Uruguai se evidencia que o desenvolvimento dos cultivos transgênicos provocou um manejo mais simplificado e deteriorante dos ecossistemas agrícolas, e colaborou para o desenvolvimento de uma agricultura concentrada em poucos atores, homogênea do ponto de vista do manejo e privatizada quanto ao acesso às tecnologias. Embora os que desenvolvem essa tecnologia declarem seu compromisso com a agricultura sustentável, considerando-se os dados de seus impactos após vinte anos, se torna evidente que o conceito é usado meramente como *slogan* publicitário.

A forte ideia de que a biotecnologia moderna, particularmente os transgênicos, são imprescindíveis para salvar o mundo da fome, está na raiz do aparato de propaganda das empresas que desenvolvem essa tecnologia. Fazem eco dessa idéia os atores políticos e funcionários governamentais ligados à produção agropecuária, nos países onde esses cultivos são aprovados, como é o caso do Uruguai. Segundo o informe da FAO sobre *O estado da insegurança alimentar no mundo 2015*, as estratégias mais exitosas para combater a fome estão vinculadas ao crescimento econômico inclusivo (crescimento acompanhado de políticas redistributivas e de proteção social); a melhorias na disponibilidade e aumento da produtividade dos recursos em mãos dos agricultores familiares, comunidades florestais e pescadores artesanais; à disponibilidade de mercados para esse tipo de produtores; e a evitar situações de crises prolongadas derivadas de conflitos e catástrofes ambientais (as naturais e as provocadas pelo homem).

O desenvolvimento dos cultivos transgênicos na região do Cone Sul teve um impacto negativo no que diz respeito ao desenvolvimento de algumas dessas estratégias e não favoreceu

nenhuma delas. O espetacular desenvolvimento da agricultura de grande escala está associado particularmente ao cultivo de soja transgênica; ainda que isso tenha se traduzido em um aumento do PIB dos países da região, só teve um impacto favorável nos casos em que se aplicaram políticas redistributivas e de proteção social. No entanto o desenvolvimento das monocultivos da soja implicou em apropriação de terras de comunidades camponesas e florestais, sobretudo no norte da Argentina, no Brasil e Paraguai. Na região do Pampa, o desenvolvimento da agricultura de grande escala, facilitada pela tecnologia da soja transgênica resistente ao glifosato, se impôs sobre a agricultura familiar reduzindo o número de produtores familiares e dificultando seu acesso aos recursos. A generalização do plantio direto e o aumento na intensidade do uso de agrotóxicos e fertilizantes, associados a esse tipo de produção trouxe problemas ambientais - conectados à erosão do solo e qualidade da água - e de saúde, em uma população exposta a uma dose crescente desses venenos. Além disso, os cultivos transgênicos fazem parte de um processo de privatização do conhecimento e dos recursos, e de oligopolização da cadeia agroalimentar, o que prejudica seriamente a possibilidade de desenvolver as estratégias recomendadas pela FAO.

Todas essas afirmações são confirmadas com dados nos diferentes capítulos da publicação que apresentamos aqui. Esperamos com isso contribuir com dados e argumentos que estimulem o debate e a atitude proativa de cidadania em relação a esses temas. ✨

Por REDES-AT, Pablo Galeano

Esta é uma breve resenha da publicação de REDES-AT, apresentada em 8 de dezembro de 2017, em Montevideu. Ver: https://www.redes.org.uy/wp-content/uploads/2017/12/Publicacion_20_anios_de_cultivos_transg%C3%A9nicos_en_Uruguay.pdf

México

Os perigos do milho industrial e seus produtos comestíveis processados

GRAIN

Uma equipe mexicana de pesquisa da UNAM-UAM publicou em agosto de 2017 um estudo que mostra a presença de transgenes e do herbicida glifosato em alimentos processados e tortilhas feitas com milho industrial, por todo México.¹

A equipe esclarece: “Os dados são preocupantes pois o milho é nosso alimento básico e perdemos a soberania alimentar. O consumo de milho transgênico com glifosato pode ter consequências graves sobre a saúde”. E continua: “de 367 amostras analisadas, 82%, quer dizer 301 amostras, continham pelo menos um transgene. Das tortilhas analisadas, 90,4% continham sequências transgênicas”.

Também “foi detectado glifosato em quase a terça parte das amostras dos alimentos que testaram positivo para a presença do transgene que confere tolerância a esse herbicida”.

O que era preocupação para um grande número de pessoas e organizações de cientistas, consumidores e gente comprometida com a alimentação e a agricultura, após a descoberta de contaminação transgênica no milho de Sierra Juárez de Oaxaca em 2001, coloca-se no centro da discussão a partir de novas fontes de evidência, com dois aspectos-chave relacionados com o futuro da tecnologia, com a atuação da agroindústria corporativa e a anuência dos governos em turno.² Primeiro, que a contaminação transgênica é vasta e generalizada nos alimentos processados (sobretudo cereais, farinhas, lanches fritos e tostados, que são produtos sólidos de milho, embalados)³ e nas tortilhas [esse pão achatado feito de milho que é a base da dieta do povo mexicano]. Porém o achado se refere às tortilhas industriais, principalmente aquelas feitas com maquinária e vendidas em comércios distribuídos por todo o país. Além disso, uma ampla gama de produtos apresenta contaminação por glifosato em “uma terça parte das amostras (27%) – amostras que já haviam testado positivo para ocorrências transgênicas, o que é altamente significativo.

O segundo aspecto ressaltado no estudo é que as amostras de tortilhas fabricadas a mão com milho nativo, quase não apresentam contaminação transgênica. Diz a equipe UNAM-UAM: “As tortilhas produzidas pelas comunidades camponesas e que estejam feitas unicamente com milho crioulo (nativo dessas comunidades) praticamente NÃO contêm proteínas transgênicas e não contêm glifosato. Tais proteínas poderiam estar potencialmente no mi-

lho nativo em uma proporção muito baixa, produto dos casos de contaminação do milho nativo com transgenes. O cuidado dos milhos nativos por parte das comunidades mexicanas manteve (desde a aparição dos transgenes no México) a maioria de seus milhos livres de transgenes.”⁴

O estudo dá suporte, portanto, para várias questões pendentes.

Primeiro. Existe uma dicotomia no uso e vida do milho no México e outros países. São dois processos, dois metabolismos diferentes que envolvem esse cereal.

Por um lado o milho nativo, entesourado milenarmente em suas sementes pelas comunidades em antigas conversas, que convive no policultivo conhecido como “milpa” e que na maioria se “nixtamaliza” (quer dizer, se adiciona cal ou cinzas a ele, e calor para romper a lignina da casca do grão, liberando plenamente seu potencial de nutrientes).

Por outro, o milho industrial genérico, híbrido ou transgênico, que as grandes corporações plantam em monocultivo em grandes extensões de terra, com insumos químicos, buscando altos rendimentos, e cujo destino não é alimentar de uma maneira direta, e sim servir de matéria-prima para elaborar toda classe de rações e forragens para animais e produtos processados comestíveis para humanos, entre eles a tortilha industrializada. Além disso, esse milho serve de insumo para combustíveis, pinturas, amidos ou féculas, xaropes adoçantes, plásticos “bio-degradáveis”, colas, cosméticos, têxteis, papel e um grande etc.

Claramente, o estudo enfatiza que os transgênicos se concentram no milho industrial e seus derivados (nesse caso alimentos processados), enquanto o milho nativo ainda é defendido a partir dos níveis mais locais. Ainda que não esteja fora de risco, seu metabolismo impulsiona uma reflexão permanente em torno dele, que termina promovendo sua defesa.

Segundo. Algo que seria motivo de mais estudos de maior profundidade: o desequilíbrio provocado pela indústria e o governo quando exigem a importação de milho industrial, principalmente dos Estados Unidos, apesar de que a produção nacional (em torno de 23-24 milhões de toneladas) seria suficiente para alimentar a população, pois com essa quantidade se cobre 50% acima da “ingestão possível digerível anual de 120 milhões de mexicanos”.⁵ Estamos falando de aproximadamente 6,8 milhões de toneladas (29,6%) de milho de subsistência [ou milho de soberania alimentar] que não entra no mercado, mais 7 milhões, que somados ao que oferece o milho camponês sazonal, resultam em torno de 13,8 milhões de toneladas,

mais de 60% da produção do país. O restante, são aproximadamente 10,6 milhões de toneladas de milho irrigado. Por que então a insistência em importar entre 7 e 10 milhões de toneladas de milho amarelo?

Para Antonio Turrent, pesquisador da União de Cientistas Comprometidos com a Sociedade (UCCS), “Não há insuficiência de milho branco normal para a fabricação industrial de toda a farinha de milho que os mexicanos poderiam consumir diretamente como alimento. Portanto, a decisão de misturar o milho branco nacional (não transgênico) com milho transgênico, para produzir farinha de milho industrial, é uma decisão voraz de mercado por parte da nossa indústria. Não seria esta uma decisão ruim e até cruel a longo prazo, equivalente a dar um tiro no próprio pé?”⁶

O Centro de Estudios para el Cambio en el Campo Mexicano (Ceccam), que pesquisou a situação detalhadamente, agrega: “O México importa anualmente entre 7 e 10 milhões de toneladas de milho amarelo proveniente dos Estados Unidos, principalmente para alimento de gado, ainda que também seja usado para a alimentação humana. O milho transgênico – até agora somente importado – é utilizado misturado com o milho convencional para a elaboração de alimentos balanceados, rações e produtos de milho para consumo humano: farinha e massa para tortilhas, cereais, óleos, *atole*.”⁷

Terceiro. Os produtos comestíveis processados são agora um dos principais destinos da matéria-prima que representa esse milho industrial, que é uma mistura de milho amarelo e talvez milho branco, mas que sempre é um milho híbrido ou transgênico cultivado em monocultivo, repleto de agrotóxicos, que promove a monopolização das terras, a devastação ambiental e a expulsão camponesa.

O México é uma das 10 principais potências produtoras de alimentos processados no mundo, porém dizer “México” sob as condições do TLCAN e outros quarenta e tantos acordos comerciais, de cooperação e investimento, que o país assinou, é uma máscara para encobrir as corporações transnacionais que operam a partir do nosso país pelas vantagens comparativas (leia-se condições de desvio de poder).

Segundo a sistematização de Sergio L. Omelas, editor da publicação *Mexico Now*, o México é hoje a oitava potência produtora de alimentos processados no mundo e a terceira do continente americano, depois dos Estados Unidos e Brasil, em um cenário em que o valor da produção mundial foi equivalente a 4,90 trilhões dólares em 2014 e se supõe que chegará a valer 7,85 trilhões até 2020.⁸

No México, a produção de alimentos processados alcançou 138 bilhões de dólares em 2014, mas segundo Omelas, citando dados da consultoria HIS, está em crescimento e se calcula que em 2017 atingiu 158 bilhões de dólares.⁹ O lucro líquido de sua indústria de alimentos processados, segundo dados da HIS, citado por ProMéxico, instituição do governo mexicano, em sua análise setorial de alimentos processados, foi de 35 bilhões de dólares em 2015. A Secretaria de Economia Mexicana afirma que, somente em 2015, o México recebeu investimentos estrangeiros diretos de 1,304 bilhões de dólares e, entre 2005 e 2015, os investimentos acumulados são de 8,264 bilhões de dólares para a indústria de alimentos processados.

Algo significativo, no cenário que o estudo da equipe mexicana de pesquisa UNAM-UAM¹⁰ deixou claro, é que esses alimentos processados contaminados com transgênicos e glifosato pertencem aos 26,9% da produção de processados correspondentes à panificação e tortilhas, e a 10% adicional que representam os grãos e as oleaginosas.¹¹ Quer dizer, a contaminação se movimenta, no mínimo, dentro de 36% da produção de alimentos processados no México, sem contar o mundo dos edulcorantes.

Esta produção de alimentos processados inclui a PepsiCo, a produtora gigante de frituras, lanches e tostados. Sua diretora no México, Paula Santilli, afirmou que “dos 200 países onde está presente, o México é o segundo maior mercado - ficando atrás apenas dos Estados Unidos - e onde gera rendimentos quase três vezes mais altos do que em países como o Brasil”.¹² No México, a PepsiCo conta com 17 fábricas “e rendimentos anuais de mais de 3,4 bilhões de dólares, segundo seu relatório anual”.¹³ Suas marcas incluem Sabritas, Quaker e Doritos, entre outras revisadas pela pesquisa da equipe UNAM-UAM.

Tem também a Ingredion, produtora de farinhas, xarope de alta frutose e amidos de milho, entre muitos produtos industriais elaborados com o referido cultivo, que em janeiro de 2016 anunciou que investiria 30 milhões de dólares “com a finalidade de aumentar a capacidade produtiva de sua fábrica de San Juan del Rio, Querétaro”.¹⁴ E ainda estão o Grupo Gruma, empresa líder mundial na produção de farinha de milho - com 18 fábricas processadoras, e pesquisa e tecnologia para produzir farinha de milho e tortilha industrializada - que durante 2016 chegou aos 18,819 bilhões de pesos em vendas líquidas (cerca de 1 bilhão de dólares no câmbio atual), e o Grupo Bimbo, outro gigante mexicano de panificação e lanches, cujos rendimentos “a nível consolidado, cresceram 0,3%, situando-se em 65,39 bilhões de pesos (3,534 bilhões de dólares), relativo ao terceiro trimestre de 2016, e cujas vendas no México subiram 12,2%”.¹⁵

Toda essa produção é potencializada mediante o enorme tamanho dos supermercados na América Latina. Só a Walmex (a filial mexicana da Walmart), mencionou em seu relatório do segundo trimestre de 2017, para a Bolsa Mexicana de Valores, que suas vendas totais cresceram 9,1%, chegando “a 135,724 bilhões de pesos (em torno de 7,3 bilhões de dólares).”¹⁶

Também começou a aparecer no radar da mídia de massa, o crescimento descomunal das chamadas lojas de conveniência, em particular Oxxo (em parte propriedade de Femsac-Cocacola). Um artigo recente da BBC Mundo, colocou como manchete: “Uma nova loja a cada 8 horas: como a mexicana Oxxo se tornou a maior loja de varejo da América Latina”.¹⁷

Em um relatório de 2015, GRAIN havia documentado que esse tipo de lojas pequenas situadas nos bairros estabelecia um determinado controle rigoroso sobre a disponibilidade de alimentos por zonas particulares, impondo de fato o consumo de produtos comestíveis processados, precisamente as frituras, lanches, tostados de milho, registrados no estudo da equipe mexicana de pesquisa UNAM-UAM.¹⁸

Segundo a BBC Mundo, Oxxo conta com 16 mil lojas, principalmente no México,¹⁹ e estabelece uma rede de distribuição dos produtos comestíveis processados com base em milho industrial, o que torna urgente revisar os critérios de segurança de tal milho, claramente transgênico, que está presente em cada bairro das cidades, inclusive nos povoados rurais mexicanos, através daqueles produtos comestíveis industriais.

Quarto. Também temos que considerar o envenenamento lento (e não tão lento) com o glifosato, se insistimos que o estudo da equipe da UNAM-UAM, da qual faz parte a doutora Elena Álvarez Builla, recém agraciada com o Prêmio Nacional de Ciências mexicano 2017, encontrou que quase a terça parte das amostras de comestíveis processados submetidos a escrutínio, incluídas as tortilhas industriais, também onipresentes nos bairros, continha traços desse agrotóxico. Diz a pesquisadora do Grupo ETC, Silvia Ribeiro: “Os resultados adquirem maior gravidade porque o consumo de milho por pessoa no México é maior do que em qualquer outro país. Embora em 2015 a Organização Mundial da Saúde tenha declarado o glifosato cancerígeno para animais e provavelmente cancerígeno para humanos, a Cofepris, instituição responsável pela autorização dos alimentos que podem ser vendidos para consumo humano, autorizou, sem nenhum constrangimento, a venda para consumo do milho transgênico tolerante ao glifosato, que deixa altos resíduos do mesmo nos alimentos.”²⁰

É tremenda a invasão transgênica em um fluxo tão grande de milho na alimentação de um povo, quando não há certeza de sua inocuidade.

Quinto. É inevitável fazer a resenha da resposta ao estudo da equipe mexicana de pesquisa UNAM-UAM, por parte dos pesquisadores paladinos dos transgênicos. Essa resposta é a repetição do que segue sendo a reivindicação principal da parte do governo, da indústria e de certos cientistas: que os transgênicos são inócuos, que todos os regulamentos nacionais e internacionais foram cumpridos, que existe uma equivalência substancial entre transgênicos e não transgênicos. Na resposta mais direta, os promotores de transgênicos afirmam: “Em mais de 20 anos de uso e consumo contínuo por mais de 1,2 bilhão de humanos e 100 bilhões de animais, não foi apresentada nenhuma prova científica de danos pelo seu consumo. O suposto dano referido em alguns artigos (Serralini *et.al*, 2012 e 2014), não tem sustentação científica relevante”.²¹



Marcha contra a OMC, Buenos Aires, Argentina, dezembro de 2017. Foto: Wimpy Salgado

Elena Álvarez-Buylla, Cristina Barros, Emmanuek González Ortega, Alma Piñeyro-Nelson, Alejandro Espinosa e Antonio Turrent de la UCCS, responderam às críticas dizendo:

A “equivalência substancial” favorece as corporações comercializadoras de OGMs e as indústrias alimentares que fazem negócio com seu processamento, passando por cima dos interesses da cidadania. Não é admissível, ética e cientificamente, que a falta de evidência de danos pela ausência de protocolos e acompanhamento adequados, seja tomada pelas entidades reguladoras como evidência da inocuidade dos alimentos derivados

de OGMs. São urgentes protocolos rigorosos que diretamente avaliem a hipótese de que os alimentos derivados de OGMs podem ter impactos não desejados na saúde humana e animal, em diferentes cenários de consumo. A carga da prova deve recair sobre as empresas e não sobre a cidadania. [...]

Podem existir muitos artigos com dados negativos para apoiar a equivalência substancial ou ausência de danos, porém um só artigo com dados positivos deveria ser suficiente para rejeitar esse conceito e regulamentar de acordo, para prevenir danos [...] O estudo de Séralini e colaboradores, que refutam os autores da nota em questão, foi republicado com dados adicionais que lhe dão sustentação. Por outro lado, muitos dos estudos com dados negativos, que sugerem a inocuidade de OGMs, foram realizados por pesquisadores com conflitos de interesse. Estudos experimentais demonstram que o glifosato é patogênico em vertebrados e cancerígeno em animais de laboratório.²²

Conclusões. É muito irresponsável que as instituições reguladoras da saúde alimentar não tenham feito nada para frear a presença de produtos comestíveis processados que contêm milho transgênico e traços de venenos tão poderosos como o glifosato, qualificado como cangerígeno pela OMS.

A tendência crescente de privilegiar uma agricultura baseada na produção de matérias-primas para a indústria anuncia que, sobretudo nos âmbitos urbanos, nos veremos submetidos cada vez mais a produtos comestíveis industrializados que não são inócuos.

O milho com que se fabrica a tortilha industrial, vendida massivamente por todo o país em comércios (tortilhariás), deveria ser um milho livre de transgênicos e agrotóxicos, porque a produção de tais milhos genéricos substitui e golpeia a pequena produção nacional não transgênica, camponesa ou de produtores médios; e porque a promoção da indústria de comestíveis industrializados fomenta a produção e/ou importação de milho transgênico, com agrotóxicos, que é veículo para disseminar problemas de saúde como a obesidade, diabetes, câncer e teratogênese.

É necessário aprofundar sobre tais efeitos e sobre as tendências que procuram controlar a disponibilidade alimentar da população, principalmente entre as camadas empobrecidas, mercado cativo de onde as corporações que processam frituras, tostados, lanches e tortilhas industriais extraem seus lucros.

É preciso amadurecer a defesa do milho nativo e fortalecer argumentos, explicações, conexões e esforços por uma soberania alimentar. 🌿

Notas:

- 1 E. González-Ortega, A. Piñeyro-Nelson, E. Gómez-Hernández, E. Monterrubio-Vázquez, M. Arleo, J. Velderrain, C. Martínez-Debat e E.R. Álvarez-Buylla, "Pervasive presence of transgenes and glyphosate in maize-derived food in Mexico", *Agroecology and Sustainable Food Systems*, volume 41, núm. 9-10, agosto, 2017 <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21683565.2017.1372841>
- 2 Ver *El maíz no es una cosa: es un centro de origen*, Casifop, GRAIN, Itaca, México, 2012.
- 3 O estudo não abordou as bebidas ou emulsões, geleias e outros produtos que contêm xaropes com alta frutose de milho.
- 4 Equipe UNAM-UAM: "Preguntas y respuestas en torno a la presencia de secuencias transgênicas en alimentos elaborados con maíz en México".
- 5 Antonio Turrent Fernández, "Maíz nativo mexicano: ¿propiedad privada multinacional?", *La Jornada*, 3 de novembro de 2017.
- 6 *Ibidem*.
- 7 Centro de Estudios para el Cambio en el Campo Mexicano (Ceccam), "Alerta Roja, maíz transgênico en México, em *El Surco*, boletim do Ceccam, núm. 2, abril de 2013.
- 8 Sergio L. Ornelas, "Inside Mexico Processed Food Industry", *MexicoNow* núm. 79 <http://www.mexico-now.com/index.php/past-issues/27-mexiconow-issue-79>
- 9 *Ibidem*.
- 10 "Pervasive Presence..." *op.cit.*
- 11 Unidade de Inteligência de Negócios, ProMexico, governo mexicano, *Análisis Sectorial, Alimentos Procesados*, pdf, 19 de fevereiro de 2016. <https://www.gob.mx/promexico/acciones-y-programas/alimentos-procesados>
- 12 Francisco Hernández, "México es el segundo entre 200 países para PepsiCo", *El Financiero*, 14 de novembro de 2017, <http://www.elfinanciero.com.mx/empresas/mexico-es-el-entre-200-paises-para-pepsico.html>
- 13 *Ibidem*.
- 14 Unidad de Inteligencia de Negocios, *ProMéxico, op.cit.*
- 15 Bolsa Mexicana de Valores, "Aumentan ganancias del Grupo Bimbo en el tercer trimestre de 2017", 27 de outubro de 2017, <http://bolsamexicanadevalores.com.mx/ganancias-bimbo/>
- 16 Redacción, "Ventas de Walmex superan el crecimiento de la ANTAD", *El Economista*, 27 de agosto de 2017, <https://www.eleconomista.com.mx/mercados/Ventas-de-Walmex-superan-crecimiento-de-la-ANTAD-20170727-0037.html>
- 17 Cecilia Barría, "Una nueva tienda cada 8 horas: cómo la mexicana Oxxo se convirtió en la mayor tienda minorista de América Latina", *BBC Mundo*, 2 de outubro de 2017.
- 18 GRAIN, "Libre comercio y la epidemia de comida chatarra en México", 2 de março de 2015, <https://www.grain.org/es/article/entries/5171>
- 19 Cecilia Barría, *op.cit.* Eréndira Espinoza, "Cuántas tiendas Oxxo hay en México", *Dinero en Imagen*, 30 de outubro de 2017: "Al cierre del tercer trimestre de 2017, la cadena operaba 15,999 unidades, por lo que, debido a su ritmo de aperturas, en este momento debe sumar más de 16 mil", <http://www.dineroenimagen.com/2017-10-30/92472>
- 20 Silvia Ribeiro, "Tortillas envenenadas", *La Jornada*, 28 de outubro de 2017, <http://www.jornada.unam.mx/2017/10/28/opinion/023a1teco>
- 21 Francisco Bolívar Zapata, Jorge Herrera Estrella e Agustín López-Munguía Canales, "Presencia de maíz transgênico de importación en México, 20 años de inocuidad en productos derivados para consumo y animal", *Gaceta UNAM*, núm. 4917, 6 de novembro de 2017.
- 22 "Presencia de maíz transgênico y glifosato en nuestro alimento: sin evidencia científica de no toxicidad", *Gaceta UNAM*, número 4924, 30 de novembro de 2017.

A revista *Biodiversidad, sustento y culturas*, em espanhol, está disponível em:
www.grain.org/biodiversidad

A *Alianza Biodiversidad* também produz *Biodiversidad en América Latina*:
<http://www.biodiversidadla.org>

A *Alianza* é composta, atualmente, por doze movimentos e organizações que atuam ativamente nestes temas na região:

GRAIN, Argentina, Chile e México (<http://www.grain.org>)

REDES - Amigos de la Tierra, Uruguai (<http://www.redes.org.uy>)

ETC Group, México (<http://www.etcgroup.org>)

Grupo Semillas, Colômbia (<http://www.semillas.org.co>)

Acción Ecológica, Equador (<http://www.accionecologica.org>)

Campanha Mundial da Semente da Via Campesina América Latina (<http://www.viacampesina.org>)

CLOC - Coordinadora Latino-americana de Organizações do Campo
(<http://www.cloc-viacampesina.net/>)

Acción por la Biodiversidad, Argentina (<http://www.biodiversidadla.org>)

Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica (<http://redbiodiversidadcr.info/>)

Centro Ecológico, Brasil (<http://www.centroecologico.org.br/>)

BASE-IS, Paraguai (<http://www.baseis.org.py/>)

Colectivo por la Autonomía - COA, México (<http://colectivocoa.blogspot.com/>)

Sítios temáticos:

<http://www.farmlandgrab.org/> e <http://www.bilaterals.org/>

A *Alianza Biodiversidad* convida todas as pessoas interessadas a apoiarem seu trabalho de articulação em defesa da biodiversidade nas mãos dos povos e comunidades. Os fundos arrecadados através das doações serão destinados a fortalecer os circuitos de distribuição da Revista *Biodiversidade, Sustento e Culturas*, bem como sua impressão nos diferentes países em que a *Alianza Biodiversidad* atua.
http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad

Biodiversidade, sustento e culturas é uma revista trimestral (quatro números por ano). A versão eletrônica é distribuída gratuitamente para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la, favor enviar uma mensagem de e-mail com sua solicitação para:

Acción por la Biodiversidad

sitiobiodla@gmail.com

Assunto: assinatura da revista

Por favor, enviem os seguintes dados:

Correio eletrônico, Organização, Atividade principal da organização, Nome e sobrenome, Telefone, País, Endereço postal: código postal, cidade, província (município), departamento (estado ou entidade)

